



PORTUGAL DEMOCRATICO

REDAÇÃO: RUA CONSELHEIRO FURTADO, 191, SALA 2 — ANO IV — Nº 41 — SÃO PAULO, OUTUBRO DE 1960 — CAIXA POSTAL 4.469

50 ANOS DE REPUBLICA

Neste ano de 1960 a República Portuguesa festeja o seu cinquentenário, isto é, nós os democratas portugueses, dispersos pelo mundo e libertos da fiscalização salazarista, festejamos o seu cinquentenário. Em Portugal, nos sonhos oprimidos dos democratas como na malícia dos opressores, a República não festejará cinquentenário algum, porque não pode festejar-se o que não é autorizado a existir.

Sem dúvida que, com o heroísmo e a pertinácia que trinta e quatro anos de um regime indecorosamente amorfo não conseguiram diluir e antes exacerbaram, os democratas republicanos — e, todos os democratas, se entendessem enfim o valor da palavra República, cujo som e cuja cor bastam para aterrar os homens do Estado Novo — tentarão as manifestações que a data exige. Essas manifestações, que serão prejudicadas e suprimidas, na sua realização e no seu alcance, por todos os meios, repercutirão no coração amargurado do povo português. Mas não serão, como as nossas não podem ser, as que devemos à República.

A República Portuguesa festeja o seu cinquentenário, mas, em verdade, não tem cinquenta anos. Ela teve, e tem apenas, dezesseis anos incompletos, que tão escassos são os decorridos, desde o 5 de Outubro, em que, envolta no entusiasmo e na esperança de um povo, ela foi proclamada, até àquele 28 de Maio de 1926, em que ela sucumbiu finalmente à conspiração sistemática dos seus inimigos, muitos dos quais morreram, mais tarde, arrependidos do mal que, fazendo-lho, à Pátria tinham feito. De então para cá, os anos não passaram para a República, como não passaram para ninguém. De então para cá, sugados em liberdade, em justiça, em decência, em vidas, em bens, em futuro da Pátria, os anos foram-lhe, e a nós, descontados. Na regressão sinistra que fomos sofrendo, esses trinta e quatro anos são séculos, e contados ao contrário na inversão, total de todos os valores, em que passou a vida portuguesa. A República constituinte, as lutas liberais, o despotismo pombalino, a magnificência de D. João V, as campanhas da Restauração, a Revolução de 1640, tudo se sumiu na voragem da Reação que instalou um ambiente de subserviência, de inconsciência, de hipocrisia, de cobardia de sabujice, que só tem paralelo nos sessenta anos de ocupação de Portugal pela monarquia dos Filipes germânicos, castelhanos, autocratas, centralizadores, beatos, imperialistas, imbecis e estrangeiros. O pacto com a Espanha Franquista é bem o símbolo deste paralelo ridículo e trágico.

Os quinze anos e meio de República, que se consubstanciam no "5 de Outubro" cujo cinquentenário comemoramos, estão por estudar, por aprofundar, por avaliar, por dilucidar. Mas estão, sobretudo e como tudo, deturpados pela má consciência daqueles (ou seus descendentes) que tudo fizeram, pela intriga, pelas armas, ou pelo crime, para que eles fossem desordenados e tempestuosos. E é justo situar esses anos historicamente, para compreendermos como, rodeados de inimigos, os republicanos de 1910-1926 dificilmente poderiam ter conseguido que eles fossem diferentes.

A República de 1910, generosa e política, herdou as estruturas da monarquia constitucional, com os seus interesses criados, a sua desordem administrativa hábilmente alimentada pelas potências, poucas e monopolistas, que dominavam a economia nacional. E, generosa e política, supôs que a mudança apenas de regime, e a alteração dos agrupamentos políticos condicionada por esse novo regime bastariam para criar um surto de progresso e de liberalização, que assimilaria ao ideal republicano a compreensão das necessidades do país. Bem cedo viu, e sempre generosa e traída na sua generosidade, que os inimigos eram poderosos: conseguir o reconhecimento da República pelas grandes potências, cujos grupos dirigentes estavam ligados aos interesses reacionários, fôra difícil, e logo, a seguir, o mundo mergulhou na catástrofe de 1914-1918, em que Portugal participou por razões complexas que isso lhe impunham, a menor das quais não foi a necessidade de colocar em posição difícil os laços que a reacção — capitalista e germanófila — mantinha com os grupos dirigentes das grandes potências, e de contribuir assim para a estabilização do próprio regime. A efêmera ditadura de Sidónio Pais, embaixador de Portugal em Berlim, foi bem sintomática dos movimentos ocultos em que se jogavam os destinos da República. Os assassinatos do "19 de Outubro", tão assacados à desordem republicana, ainda hoje continuam submersos num conveniente mistério. E as sucessivas intencionalidades monárquicas, que tiveram o apoio suspeito da Monarquia Espanhola, foram outro claro sinal do que, desde 1910, se vinha organizando. Quando, em 1926, a República se firmava, resistindo a um caos financeiro cujo controle estava nas mãos de meia dúzia de bancos, num país sem indústrias de base; resistindo às pressões contraditórias dos que temiam o apoio popular, revolucionário, que era condição de sobrevivência do regime; resistindo às intrigas internacionais que obrigavam a uma vigilância exaustiva; resistindo à queda de sucessivos governos, provocada pelas contradições internas de um regime que, apenas político, estava sujeito às divisões dos pequenos interesses opostos, alimentados pelos grandes interesses financeiros, monopolistas, coloniais, que se mantinham ocultos — era inevitável que uma "Revolução Nacional", inspirada pela reacção clerical, pela reacção económico-financeira, pela reacção política, pela reacção social, e realizada por um Exército, que a República não expurgara, decapitasse de um só golpe, com uma surpreendente facilidade, uma estrutura política que não pudera, em anos de sobressalto e de conspiração contínua, criar uma base sólida, para lá do republicanismo sincero e entusiástico da população.

O cinquentenário que festejamos reveste-se, portanto, de uma tremenda transcendência. Ante ele, as responsabilidades são enormes. Para os que governam em Portugal e para os que os apoiam, é uma conta corrente, que levará anos de espantosas descobertas e revelações, de cinquenta anos de opressão impiedosa e inescrupulosa contra a chegada do povo português ao domínio político-social do seu destino. Para nós, é a responsabilidade duríssima e difícil de percorrer novamente, no sentido normal, o decurso dos séculos. Ultrapassar novamente a Independência de 1640, as campanhas da Restauração, o despotismo pombalino, as lutas liberais, a monarquia constitucional e a República de 1910, para atingirmos o nosso tempo, e realizarmos a promessa do "5 de Outubro": um governo do povo, para o povo, e pelo povo — esse desgraçado povo português, humilde, persistente, trabalhador, que há oito séculos aguarda que os senhores feudais acabem de devorar-se sobre uma terra que empobreceram com as suas aventuras, para dourarem-se com os heroísmos anónimos do povo que os serviu.

**PORTUGAL
DEMOCRATICO**

REPUBLICA SINONIMO PORTUGUES DE DEMOCRACIA

Gen. HUMBERTO DELGADO

"Em política não se pensa, sente-se", dizia-me o republicano Eduardo da Costa Ferreira, meu professor de Balística na Escola do Exército, onde fiz o curso de Artilharia, antes de passar à aeronáutica.

A frase não é desse tempo, mas de 1929, nos começos da ditadura militar, quando o então major foi nomeado Ministro da Instrução e me convidou para seu secretário, embora o nosso conhecimento, por de dizer-se superficial, viesse praticamente só do curso.

Haveria influido para o convite a tendência terna de professor para o seu classificado aluno, mas ousou crer que influiu também, no momento encontrado, ele como defensor e eu como réu, no tribunal militar de Viseu, localidade em que eu cometera o "crime".

Fôra o caso de que adentro da atmosfera de excessiva agitação dos últimos anos da República, alguns sargentos resolveram também tentar "salvá-la" e, para o efeito levantaram em revolta exatamente o único agrupamento bem disciplinado de todo o Exército: a Escola Prática de Artilharia, em Vendas Novas.

Corria a noite de 2 para 3 de fevereiro de 1926. Eu alferes de 19 anos, feito menino prodígio por ser o único nas forças armadas com aquela idade. Digo-o neste momento, não por orgulho ou vaidade — passou o tempo — mas por desejo de aproveitar a ocasião para esfacelar o boato em catadupas espalhado pelos nazis portugueses no sentido de que eu fôra uma criação de Salazar! Como se vê eu já andava a distinguir-me com metade da idade do sr. Salazar, quando ele era catedrático desconhecido de uma "cadeira" a que, depreciativamente, nós, alunos de ciências, chamávamos um "banco" — a Economia Política.

Os revoltosos civis, mediante a cumplicidade de um sargento que já viera transferido de Lisboa por excessivamente político, e que "simpático" como quasi todos os falhados, conseguira ter "na mão" muitas chaves, facilmente se apoderaram de tudo, prendendo os oficiais no quartel ou em suas casas.

Invadiram meu quarto a tiro, sem sequer abrirem antes a luz. ("Os homens são crianças: precisam de brinquedos", dizia Napoleão).

Nenhum dos tiros me alcançou. Tendo a pistola numa gaveta e dormindo nu, pedi aos revoltosos que saíssem, para me vestir, fingindo excesso de pudor, com a finalidade de sair do quarto já armado. Mas os revoltosos também não eram assim tão infantis... Não me deixaram.

(Continua na pág. 7)

A REPUBLICA MORREU VIVA A REPUBLICA



Festejaremos hoje o cinquentenário de uma República viva, ou choraremos os trinta e quatro anos da sua morte?

Optemos pela celebração da vida; choremos em silêncio as lágrimas que a ralva nos traz aos olhos.

Que representa realmente o 5 de outubro, a cinquenta anos de existência, para um republicano da nova geração? Em primeiro lugar, um exemplo, um duplo exemplo, mesmo: de coragem, de vontade renovadora, de devoção ao interesse coletivo, de exaltação cívica, mas, também, de como cair inerte nas mãos do inimigo, de como se deixar embalar pelos cantos de sereia de pacificação da família portuguesa.

O exemplo do 5 de outubro ensinava-nos simultaneamente como se deve e como não se deve fazer uma República: atatecamos duas vezes aos republicanos de 1910.

Mas esta data, para o republicano de 1960, pode ser também um estímulo. A unidade, a força de ânimo, o trabalho lento mas perseverante dos promotores da República, destruíram uma ordem polí-

tica centenária. Que isso nos sirva nos momentos de desânimo: o organismo que pretendemos derrubar tem apenas três décadas. O fascismo aprendeu a defender-se nestes trinta anos? Aprendamos nós também a atacá-lo.

A República de 1910 é portanto paradigma e incentivo para o anti-fascista de hoje, e como tal deve ser tomada. A teimosia que fomos na sua comemoração, o respeito que nos merecem os seus heróis, não podem entretanto significar uma esperança mítica na sua ressurreição.

A República morreu, confessemos-lo; agora, viva a República, uma República nova, vigilante e segura, impiedosa e serena, que de pleno sentido a palavra Democracia. Uma República toda voltada para a atualização das nossas estruturas, que uma noite de trinta anos, ainda mais atrasou, uma República sem frio nas olhos, que escare de frente, e da vez o nosso primeiro problema: o paludismo da população. Só quando esta República vier poderemos dizer que se realizou o movimento cujo cinquentenário hoje comemoramos.

VITOR RAMOS

SARTRE: TODO O APOIO A II CONFERENCIA PRO ANISTIA

(PAGINA 4)

Opiniões Insuspeitas

JOÃO SARMENTO PIMENTEL

MODOS DE PENSAR

Aqui não há censura nem aquele espectro do medo cuja sigla é «Pide». Cada um tem a sua opinião livre, e democraticamente pode expô-la sem os perigos, riscos ou contingências do meio totalitário.

Portugal Democrático é anti-salazarista. Visam as suas colunas denunciar os crimes da ditadura portuguesa e arregimentar todos os que, por qualquer forma ou processo contribuam para derrubar o monstro que tiraniza a Nação e a levou ao calvário onde agoniza a sua independência dilapidada o seu património moral, prestes a ser posta em almoceda a herança territorial que nos legaram os de antanho.

Partidos, ideologias que não sejam as de uma ampla democracia pouco ou nada devem vir à tinteira daqueles que querem contribuir para a Restauração da República. Ora este nariz de cera moldeado para dar uma cara franca à minha opinião que, evidentemente, é contrária à de companheiros de oposição que em suas instruções divulgadas recentemente reprovam atitudes revolucionárias e de combate que em toda a vida usei e que me parecem as mais capazes de preparar e levar à vitória os republicanos.

Eleições? Legalidade?

Valha-os Deus e mais ainda o diabo, que parece ter tirado a memória àqueles que assistiram aos roubos do voto da maioria do povo na eleição do General Delgado, e mais mesquinhas eleições das outras eleições presidenciais.

Nós a servirmo-nos dos processos legais e água com açúcar para tornar a boca doce aos burgueses apatacados que vão aposentar-se e de boa mente nos entregarão o osso do governo!

Essa ingenuidade não é comigo. Foi de armas na mão que ajudei a implantar a República em 5 de Outubro de 1910. Foi aos tiros que reimplantei a República no Porto, a 13 de Fevereiro de 1919.

Como hei-e defender a teoria absurda de que é com o voto que vamos derrubar aquela fortaleza feudal?

Ou me engano muito, ou as coisas lá na terra não mudam de feição enquanto alguns dos graúdos salazaristas não virarem de pernas ao ar.

O Salazar tem tanques, teleguiados, a Pide, os campos de concentração, os jatos, os paraquedistas e uma tropa de ocupação militar nos moldes das dos colonialistas do século XIX. E precisa tudo isso. Nós dispomos apenas de algumas pistolas certas e alguns explosivos modernos, que nos chegam e até não-de sobrar. O aparato bélico do ditador, forte, caro, poderoso, e de grandes contingentes, visa a conter a revolta de nove milhões de portugueses, matar centenas ou milhares deles, se ousarem enfrentar a força e a tal ordem totalitária que os esmaga e espolia.

O nosso armamento, simples, portátil, barato, reduzido, chega muito bem para, desaparecidas duas dezenas, se tanto, dos graúdos da quadrilha lampeônica, esses tanques, bases, teleguiados, paraquedistas e mais tropas atirarem com a albarda ao ar e mandarem o Estado-Maior salazarista... desbravar a Ilha do Bananal. Vai ser uma parada dura de roer, mas curta, certa, infalível e ganha de longe, não com votos, não senhor, mas com tiros na muche, pois só com tiros e boa pontaria é que a coisa muda de feição.

QUANDO O GENERAL DELGADO ERA O «MAIOR...»

Transcrevemos do Diário de Notícias, de Lisboa, de 2-9-57.

«WASHINGTON, 1 — «Todos nós lamentamos a partida do general Delgado» — declarou o general R.

A. Schow, chefe dos Serviços Secreto do Exército norteamericano.

O general Humberto Delgado, representante de Portugal na NATO e na SACLANT, parte dos Estados Unidos, a bordo do «Vulcania», no próximo dia 13, de regresso a Portugal, aonde vai ocupar o seu novo posto de director da Aviação Civil portuguesa.

Referindo-se ao facto, durante a reunião de despedida organizada pelo general Humberto Delgado, o general Schow declarou: «Achamos que Portugal não nos poderia ter mandado melhor embaixador das virtudes militares portuguesas. As suas qualidades de soldado reúne uma facilidade extraordinária em conquistar amizades. Creio mesmo que deve ter maior número de relações nos meios militares, tanto aqui como no quartel general da SACLANT em Norfolk, na Virgínia, do que qualquer outro oficial da NATO.

Pode ter a certeza de que o general Delgado regressa a Portugal acompanhado dos nossos melhores votos e que guardamos dele a mais agradável recordação.»

Na festa de despedida do representante militar português estavam presentes pelo menos uma centena de generais e almirantes norte-americanos, acompanhados de suas esposas além de todos os representantes do países membros da NATO. — (ANI).

Agora pode o Diário de Notícias chamar todos os nomes feios do vocabulário salazarista ao Sr. General Humberto Delgado, porque não consegue desmentir o que publicou há três anos. Demais, o povo português sabe que se o General Delgado alguma coisa mudou, foi para muito melhor.

Só quem não melhorou nada foi o órgão do fradilhão de Santa Comba nem o seu diretor, o nojento tubarão da companhia moageira, que dá pelo nome de Augusto de Castro.

Colaboração

PORTUGAL DEMOCRATICO pede com o maior empenho a todos os colaboradores remetem os seus originais, de modo a serem recebidos na Redação, o mais tardar até ao dia 18 de cada mês, sem o que não garante a publicação no número do mês seguinte.

A luta anti-salazarista na França

Por iniciativa do Comité Para a Defesa das Liberdades em Portugal iniciou-se em Paris a campanha pró-assinatura de Portugal Democrático. Já recebemos várias listas com avultado número de assinantes, o que representa para o nosso jornal um auxílio financeiro inestimável.

Também por iniciativa do mesmo Comité terá lugar dia 2 do corrente num restaurante parisiense um almoço de confraternização democrática, a que deve assistir mais de uma centena de portugueses.

Os nossos compatriotas da França estão participando activamente na luta pela instauração de um regime democrático no nosso país, propondo-se intensificar os seus contactos com todos os portugueses antifascistas, em Portugal e em todas as partes do mundo.

Centro Republicano Português

CARTA DE ALVARO LINS

«Rio de Janeiro, 20 de Agosto de 1960.

Exmo. Sr. e prezado amigo Comandante Sarmento Pimentel.

Venho agradecer — e apresentando desculpas pelo atraso com que o faço, explicável em face de certas circunstâncias de minha vida nestes últimos meses — o exemplar do livro Quando os Lobos Uivam, que me chegou por remessa de avião e com uma tão desvanecedora dedicatória. São duplos agradecimentos. Primeiro, pela publicação da obra em si mesma, que constitui um libelo de fogo contra os horrores e misérias da ditadura salazarista; e representa mais uma valiosa contribuição do Centro Republicano Português para o esclarecimento da opinião pública na caminhada longa, mas segura, em busca da reconquista das liberdades e dos direitos da pessoa humana em Portugal. Segundo, os meus agradecimentos ante as palavras tão generosas e tão honrosas da dedicatória. Não as mereço, por certo, cabendo-me recebê-las como afeto, estima e estímulo. E só as recebo pela consciência do muito que me sinto identificado com a causa dos portugueses livres e democratas no sentido da luta e da esperança em dias melhores para um país tão admirável como Portugal e para o seu povo que aprendi a amar e admirar em longas convivências.

São estes sentimentos que desejo testemunhar a V. Exa., senhor Comandante Sarmento Pimentel, e ao Centro Republicano Português, por intermédio de V. Exa. Rogo torná-los extensivos, pessoalmente, ao Secretário do Centro Republicano, senhor Armando Correia Pinto, que subscreveu o officio de 20 de junho do corrente, no qual se me enviou, transcrita, a dedicatória acima aludida.

Apresento a V. Exa. e meu prezado amigo as minhas cordiais saudações.

ALVARO LINS".

Comemorações do 5 de Outubro

Continuam trabalhando intensamente as diversas comissões escolhidas para preparar as comemorações, em São Paulo, do cinquentário da implantação da República em Portugal.

BANQUETE — A grande e tradicional reunião de confraternização dos democratas portugueses realizar-se-á este ano, na noite de 5 de Outubro, no conhecido Restaurante "1060" (avenida Rangel Pestana). As inscrições para o grande banquete (todos esperam que supere o dos anos anteriores, pois a assistência às reuniões do "Cinco de Outubro" vem aumentando de ano para ano) são já numerosas no momento em que redigimos estas notas. Os retardatários devem, sem demora, procurar os seus convites junto das organizações democráticas (Centro Republicano, Comité dos Intelectuais e Artistas ou PORTUGAL DEMOCRATICO), na Rua Conselheiro Furtado, 191.

ARRAIAL — Prosseguem os preparativos do grande arraial à portuguesa que se desenrolará no Parque da Agua Branca, nas noites de 15 e 16 de outubro. Os convites podem ser adquiridos no próprio Parque ou, de preferência, na sede do Centro Republicano Português, telefone 37-0933.

CONFERENCIAS — Desde já, se anuncia que o sr. General Humberto Delgado deverá proferir, a convite do Centro Republicano Português, uma conferência, em data e local que serão oportunamente designados, sobre a Revolução do Cinco de Outubro. Outra conferência já programada (previavelmente em dezembro) será a do sr. dr. Rodrigo de Abreu, versando o tema oportuno de "Salazar e a Igreja".

O Centro Republicano Português insistentemente convida todos os democratas portugueses a participarem de suas atividades, através das quais se pretendem destacar os pontos comuns da cultura lusobrasileira.

O terror policial contra a democracia

Carrascos da PIDE em Moçambique

A semelhança do que Portugal Democrático tem feito para levar ao conhecimento geral o nome dos carrascos que martirizam e assassinam os patriotas portugueses, cujo crime é dizer NÃO ao regime fascista de Salazar, divulgamos hoje os nomes dos membros dessa "ilustre" corporação, que atuam em Moçambique.

São eles:

ADJUNTO:
Antonio Fernandes Roque.

CHEFES DE BRIGADA:
Armando Francisco Borba da Gama Ochoa, Arlindo Gonçalves de Sá Rodrigues, Ernesto dos Santos Ferreira, Vitor Madeira Ramos Júnior, Eusébio Alves Pinto.

AGENTES DE 1a. CLASSE:

José Sarto Amorim Lopes, Mário da Conceição Figueira, José Augusto Cabaço Júnior, Viriato Lusitano Mendes, Manuel Teixeira, (servindo no Tarrafal com as maiores atrocidades).

AGENTES DE 2a. CLASSE:

Antonio Joaquim Dias Júnior, Antonio de Gouveia, Antonio Mira de Almeida, José Teixeira Soares, Avelino Gomes Agra, Camilo Guedes Dias, Albino Antonio Lopes Areosa, Ramiro Alexandre Pereira Gonçalves, Agostinho Gonçalves Lopes Júnior.

SEGUNDO-ESCRITURARIO:

Antonio Fernando Gomes Segurado, atualmente o homem de confiança do Roquete.

Anselmo Alberto Gomes Fernandes, Manuel Dias Ramalho, Lázaro Augusto Cordeiro, José Fernandes, Alberto Soares Cardoso, Américo do Nascimento Ferreira, Alvaro de Jesus Baptista, Richard John Hall Vann, Francisco Fernandes Bota, Alberto Francisco Macieira, Belmiro Lourenço Boloto, Alberto José Praça, José Augusto de Pina.

Quando os lobos julgam

Não é só nos tribunais de Lisboa e do Porto que a justiça de lobo condena patriotas portugueses às mais violentas penas. Também Angola, também Moçambique, também a Guiné assistem a essa farsa salazarista durante a qual patriotas portugueses são submetidos aos maiores vexames e condenados a penas monstruosas pelos lobos disfarçados em homens.

Eis alguns casos:

ANGOLA

Informa-se que várias pessoas foram condenadas pelo Tribunal Militar Territorial de Angola, com sede em Loanda, sob a acusação de "separatismo". Os acusados são: o engenheiro Calzans Duarte, o arquiteto Matos Veloso e José Meireles, condenados a três anos de prisão; Contreira Costa e Manuel dos Santos, sentenciados a dois anos, acrescidos de seis meses a três anos de prisão preventiva; dr. Julieta Gandara, condenada a um ano de prisão, mais seis meses a três anos de prisão preventiva e, finalmente, Helder Neto, que cumprirá três meses de prisão.

★

Recebem-se notícias de que no Tribunal Militar de Silva Porto (Angola) foi iniciado o processo de setenta nativos de Timor (Oceania), acusados de conspiração contra a segurança do Estado.

Os nomes desses patriotas são desconhecidos, mas é interessante notar que até no longínquo território de Timor os patriotas lutam

denodadamente contra o regime fascista de Salazar.

Mais interessante ainda é o facto de não terem sido julgados na sua terra natal. Será que nenhum lobo salazarista se dispôs a arriscar patrioticamente a pele, indo até lá?

A justiça salazarista, como estamos vendo, mete o rabinho entre as pernas se não está protegida pelas metralhadoras e os chicotes dos carrascos da PIDE.

A Guiné contra Salazar

Vêm chegando até nós algumas notícias sobre a luta dos patriotas da Guiné contra o regime fascista de Salazar que lhes impede o menor progresso intelectual e material.

Já não consegue mais silenciar o que ali se está passando a imensa muralha de metralhadoras e censores.

Salienta-se pela combatividade a "Frente Revolucionária Africana Para a Independência Nacional das Colónias Portuguesas". (F. R. A.I.N.).

A F.R.A.I.N. faz circular boletins para informação geral sobre o que se passa nessa região. Do último boletim extraímos as seguintes notícias:

"Apesar de privado das liberdades democráticas, o povo da Guiné, ditadora portuguesa, unido numa Frente de Libertação e guiado por uma organização patriótica autónoma — o Partido Africano da Independência — está decididamente engajado na luta de liquidação do colonialismo português.

Este é um fato concreto da história do nosso povo que sempre lutou contra a dominação portuguesa — e que atesta a nossa presença indestrutível na luta hoje travada pelos povos africanos, pela dignidade e pela independência.

Os colonialistas portugueses, quem liquidar os nossos combatentes, desorganizar a nossa luta e eternizar a sua dominação sobre o nosso povo. Por meio de processos infames praticam contra nós uma violenta repressão executada pela "Gestapo" colonial portuguesa (P.I.D.E.), pelas forças armadas e até por colonos civis.

Alguns meses depois do massacre de Pijiguiti (3 de Agosto de 1959), em que militares e civis portugueses mataram a tiro 50 trabalhadores africanos em greve, e a PIDE prendeu vários patriotas, o nosso povo continua sujeito a uma repressão violenta. Esta situação agravou-se fortemente a partir da segunda quinzena do mês de abril.

A PIDE, efetuou uma série de prisões, entre as quais a dos patriotas Julio Fortes, Elisée Turpin e Heimar Barbosa, empregados da Companhia União Fabril (Casa Gouveia). Retidos em regime de incomunicabilidade, a PIDE temnos sujeitados a frequentes interrogatórios, nos quais a tortura é uma prática corrente.

Sob o risco da prisão iminentes vários patriotas viram-se obrigados a refugiar-se nos países vizinhos. Num recente grupo de refugiados contam-se Luiz Cabral, casado, empregado da companhia União Fabril, e Cesar Fernandes.

A Pide, muitas vezes armada de metralhadoras, tem assaltado sistematicamente bairros e aldeias africanas, assim como as casas de africanos suspeitos de serem contra o colonialismo português. Entre as casas recentemente assaltadas, contam-se as de 3 empregados do "Banco Nacional Ultramarino", em Bissau. Depois de buscas e ameaças, os guineenses Antonio Cabral e dois colegas foram transferidos da sucursal do Banco da Guiné para a sede em Lisboa, manobra usada pelas autoridades colonialistas para fixar em Portugal a residência desses patriotas.

HEROI E SABIO

ADOLFO CASAIS MONTEIRO

Ouso esperar que o sepultamento do nosso grande e querido Jaime Cortesão não tenha sido rodeado do infame aparato policial com que baixaram à cova tantos dos nossos mortos, desde Alvaro de Castro a Abel Salazar e a Bento de Jesus Caraça. O Estado Novo, que de todas as maneiras os roubou à vida nacional, ainda mortos fez questão de os perseguir, numa volúpia sadica e imbecil que só serviu para uma coisa: aumentar a nossa repugnância pelos ignobis e cobardes mandões de S. Bento e da rua Antonio Maria Cardoso, o policia-chefe e os seus esbirros em perfeita união nacional da infâmia.

Ouso esperar que Jaime Cortesão tenha descido à terra só entre os seus amigos: o povo de Portugal, sem os estrangeiros do poder, sem a canzoada dos salvadores da patria que não amam nem respeitam, pelo idolatras da ordem-mentira e dos saldos de papel. Que a ela tenha descido, na dignidade do habito franciscano transfigurado pelo enterro civil, como que numa ultima lição ao frade de mentira no seu trono de cadáveres e de lagrimas. E oxalá, à falta da policia, também não tenham acompanhado ao seu enterro os discursos do conselheiro Acacio, grande esteio com Pacheco, da mentira oficial.

Em fevereiro de 1937, a dignidade do exercito português tentou pela primeira vez derrubar a ditadura que, menos de um ano antes, a sua parte reacionaria conseguira implantar, a titulo de «salvação» da república. A 3, as forças republicanas tomavam conta do Porto, que dominaram durante uma semana, até que, por não ter eclodido ao mesmo tempo em Lisboa, o movimento pôde ser isolado e jugulado. Foi no quartel-general da revolução que eu, com outros estudantes com vontade de dar alguma ajuda ao levante, o vi pela primeira vez. Ele era aí o soldado, como o fora durante a Primeira Guerra Mundial, recém-expulso da direcção da Biblioteca Nacional pelos reacionários, indecisos quanto à maneira como governar, mas achando com furo apurado os democratas que precisavam de afastar onde quer que estivessem, mesmo que as suas funções nada tivessem de politico como era o caso de Cortesão, com a agravante de estar ele realizando uma obra admirável de que felizmente nos restam testemunhos que os seus inimigos não puderam nunca apagar.

Foi precisamente outra Biblioteca Nacional, a do Rio de Janeiro, o lugar onde o veria pela ultima vez, pouco antes de seu regresso a Portugal. Assim, a primeira e a ultima imagem que dele guardo me tornam presente as duas coordenadas que governaram a sua vida, sem que uma tenha abafado a outra, na coerenza admirável duma longa existencia em que o Democrata e o Sábio, o defensor das liberdades e o estudioso dos Descobrimientos foram um Homem só — porque realmente serviam a mesma causa. Fidelidade, ombriedade, nobreza do espirito, amor da verdade, amor do belo, são por inteiro a vida e a obra desse varão de porte tão erecto e digno como a altivez da sua consciencia, que ficará como uma das mais belas lições que a nobre geração a que pertenceu deixa de herança ao povo português.

Os mais diversos aspectos da sua figura: do poeta e do soldado, até à do exilado na Espanha republicana, culminam na grande obra que viria a realizar no Brasil, e em boa parte para e pelo Brasil, e creio legitimo ver nisso um cumprir-se de um destino que tinha de transformar o proprio exilio num enriquecimento da sua visão de humanista. Os trabalhos monumentais aqui realizados não completaram apenas uma obra, mas também uma personalidade. E a sua presença no Brasil, só por si, deu ao povo brasileiro a noção viva de um Portugal que, para permanecer vivo e livre, encontrava no

Brasil o que no solo natal lhe tinha sido roubado, a liberdade graças à qual aqui não estava no exilio; Jaime Cortesão foi ainda, no Brasil, a prova visível de que a democracia portuguesa perdera uma batalha, mas permanecia viva; e a sua simples presença e exemplo serviu até para desfazer as mistificações da ditadura que procurava apresentar a opposição portuguesa como reduzida a meia duzia de «discos», bombistas, invejosos e desordeiros.

Quando Portugal restabelecer a sua unidade, isto é: a união de terra e dos homens que de facto a representam, será Jaime Cortesão um dos elos principais para que o nosso tempo de exilio interno e externo não fique como apenas essa nodosa suja da «opressão rancorosa do santinho de Santa-Comba, inquisidor-chefe nascido fora do tempo, e que conseguiu a maior unanimidade contra si que jamais um tirano alcançou por parte dos espiritos representativos dum país. Graças aos homens como Jaime Cortesão, esquecida a falsa historia de Portugal dos Ameal, dos Cavalheiros e de outro salafários, ver-se-á que a liberdade de investigação subsistiu contra todas as dificuldades — e aqui é necessário lembrar, como justissima homenagem ao Brasil, que a este país, e a alguns dos seus mais esclarecidos espiritos, fica Portugal devendo que, contrariamente ao sucedido, ali de nós, com outros, Jaime Cortesão tenha podido levar a cabo a sua obra, uma parte da qual, e não a menos importante, ainda pouco antes da sua morte tinha um fecho magnifico no pequeno volume de síntese sobre «A politica de Sigilo nos Descobrimientos».

Não me compete abordar qualquer aspecto dessa obra, que desde o inicio (já há cinquenta anos, ou pouco menos, creio, dava a lume um livro sobre Pedro Alvares Cabral e o descobrimento do Brasil) teve como centro tanto os Descobrimientos como a formação e expansão do Brasil, parte esta que culminou com o magnifico trabalho sobre «Raposo Tavares e a Formação Territorial do Brasil», publicado pelo Serviço de Documentação do Ministerio da Educação do Brasil, que mais uma vez fez assim obra cultural do maior interesse. Mas se não tenho competencia para entrar em tal materia, isso não me impede registrar o caracter altamente patriótico de toda a obra do historiador, ainda uma vez revelado na Exposição Historica de S. Paulo no quadro da Historia do Brasil, comemorativa do IV Centenario da cidade, do qual foi sem duvida possivel uma das expressões mais notáveis — e perante a qual o governo da ditadura não teve outro remedio senão curvar-se, para não insultar o Brasil, que, prestigiando Jaime Cortesão, obrigou assim inclusive o tirano a um respeito que ele só tem à força pelas expressões de superioridade intelectual.

Esse forçado respeito, essa homenagem que não teve outro remedio sendo prestar, impô-lo ao governo da ditadura o governo democratico do Brasil — e honra seja, neste ponto, ao Itamariti, onde, decerto, ainda não imperava o sr. Pio Correia, que decerto teria visto em Jaime Cortesão um «perigoso comunista». A verdade é que Jaime Cortesão recebeu tais dignidades do governo do Brasil que Salazar se viu inclusive, incapacitado de impedir que deixasse de ser realizado o seu derradeiro desejo: o de morrer na sua patria. Isto vale mais, felizmente, do que o pedaço de papel em que, decerto por distração, o presidente da República após a sua assinatura, e que serviria para permitir à policia do tirano vir aqui buscar os portugueses que, como Jaime Cortesão, amam a sua patria no seu passado verdadeiro e no seu presente real, este presente no coração dos portugueses, apenas, até que a restituição da democracia lhes dê o direito de serem portugueses à luz do dia e sob o céu da patria.

(De «O Estado de São Paulo» de 11-9-60).

VERDADES AMARGAS

No nosso numero de julho sob o titulo: «TESTEMUNHO DE UM AMERICANO», fizemos referencia ao formidável libelo, ilustrado com várias fotografias, contido na reportagem da talentosa e categorizada escritora Norte Americana, Miss TONI HOWARD, e publicada na importante revista «The Saturday Evening Post», de Philadelphia, de 9-4-60, (revista fundada por Benjamin Franklin e cuja tiragem regula por seis milhões de exemplares) desmascarando com elevação, justiça e serenidade, a ignominiosa ditadura salazarista que há trinta e quatro longos anos vem oprimindo a Patria Portuguesa.

Com devida autorização, reproduzimos hoje o texto duma carta da referida escritora a um compatriota nosso que a havia cumprimentado pelo revelante serviço assim prestado à causa da Liberdade e da Justiça: — «Em primeiro lugar rogo-lhe que aceite os meus agradecimentos pelo espirito de elevação com que V. leu o meu artigo acerca do Doutor Salazar. Teve V. a bondade de me cumprimentar pela honestidade e coragem do referido artigo; asseguro-lhe porem, que tais cumprimentos são devidos, não a mim, mas sim a Portugueses que, dentro de Portugal, generosamente e sem vacilações me auxiliaram na minha pesquisa da verdade sobre a situação actual em Portugal.

Nós, os jornalistas, poderemos constituir um setor em que há de tudo; mas no conjunto somos leais às nossas fontes de informação. Portanto, sem mencionar nomes, eu só posso exprimir gratidão para com algumas duzias de Portugueses que honestamente tentaram auxiliar-me a avaliar e ponderar sobre as muitas contradicções e a descrever conclusivamente a verdadeira situação do Portugal de Salazar.

Os berros de protesto pelos empregados do governo em nada me surpreendem. Aliás, eles empregaram os seus melhores esforços, para me impressionarem com a versão Salazarista da situação em Portugal e conquanto eu não me tivesse recusado a ouvi-la, del-he, de facto, considerável desconto.

Contudo, tal é a tarefa deles, pois para isso são pagos. Portanto, embora muitos deles hajam instado comigo para que «eu volte para a Russia...» e se referido com desprezo aos meus «comparsas» Portugueses e bons amigos, assim como à negrura da minha ingratidão ante tudo quanto por mim fez o Secretariado Nacional da Informação, eles, em suma, condenam me apenas por eu ter cumprido a minha missão. Eles cumpriram a deles, que é a de fazerem propaganda; eu cumpri a minha, que é de fazer reportagem da verdade. Que nós tivéssemos acabado em desacordo é natural, porquanto as nossas tarefas são profundamente desiguais.

Sim, Richard Mower (Correspondente do grande jornal Norte Americano «The Christian Science Monitor») é um velho amigo e grande jornalista a quem conheci durante a guerra na Italia, França e Alemanha. Acabei de lhe escrever sugerindo que eu e ele formemos uma Associação de Pessoas «Non Gratae» em Portugal... a ser financiada pela Casa de Portugal em Nova Iorque, com dinheiro poupado em não escreverem mais cartas de protesto contra as reportagens que ele e eu temos feito acerca da ditadura Salazarista!

D V. etc.,

a) Toni Howard.

(Continua na pag. 7)

JAIME CORTESÃO, O HISTORIADOR

JORGE DE SENA

Eu pertencço ao número daqueles para os quais António Sérgio, Aquilino Ribeiro e Jaime Cortesão não começaram por ser, respectivamente, o mestre de pensamento dos Eusaios, o autor pletórico e humanissimo de Andam Faunos pelos Besques, o poeta da Águia e historiador ilustre. Só tardiamente, quando a minha cultura estava orientada e formada, eles vieram a ser integrados nela, como grandes figuras. Mas sou daqueles felizes que, ao sairem das primeiras letras para o amor da leitura, encontraram uma lingua portuguesa, depurada, elegante, nobre, graciosa, que lhes falava ao ouvido da infância em termos de fantasia rigorosa, de romanesco inteligente, de luminosa e cívica altivez, em livros que esses homens para a infância haviam escrito. E, assim, os Contos Gregos, de António Sérgio, o Romance da Raposa, de Aquilino Ribeiro, o Romance das Ilhas Encantadas, de Jaime Cortesão, deram-me uma visão do mundo e da literatura, em que a linguagem, as tradições, o heroísmo da imaginação, os mitos da humanidade, constituíam um todo marítimo e complexo, dentro do qual cabiam, ao sabor das vicissitudes da vida, os marcos principais da minha educação futura. A parte o que eu lhes deva como português — cidadão e amante da cultura portuguesa —, por um reconhecimento que é de todos nós, eu devo-lhes essa pequenina mas tão importante parcela da sensibilidade mais funda, isso que, vindo dos desvãos da infância, é como que um breve selo que não nos larga mais. A D. Marinha e o Machico, vim reconhecer-lhe mais tarde no Nobiliário do Conde D. Pedro e na Epanófora Amorosa, de D. Francisco Manuel de Melo, mas reconheci-os apenas, já que Jaime Cortesão me apresentara, nimbando-os daquele halo de fantasmagoria real que para sempre me ampliou para além das origens literárias. Ao prestar homenagem, na hora em que desaparece dos vivos, a Jaime Cortesão, eu tinha, antes de fazer quaisquer considerações, de confessar esta dívida.

A morte de Jaime Cortesão, em pleno labor, no momento em que a sua vida e a sua figura mais preciosas nos eram, é um golpe irreparável para a democracia portuguesa. Nós não temos substitutos para estes homens que nos vão deixando sós, com um povo inerme, ante as trevas desvairadas em que Portugal se obstina. Eles foram e são, com todos os seus erros de cálculo, os seus preconceitos, as suas limitações naturais, o tanto que às vezes os separou de nós, um exemplo e uma garantia. Um exemplo de unidade entre a obra intelectual, a dignidade moral, o aprumo cívico; uma garantia de que uma simultaneamente civilizada e portuguesa superioridade de espirito se não perdia, para a democracia, nas sombras mesquinhas, opressoras e confusas, em que tanta consciencia tem sossobrado exausta nestes trinta anos de v'a sacra da independência espiritual em face da ditadura da mediocridade. Após eles, há um vácuo, uma diferença de escala. Não importa que sejam mais profundos, mais complexos, mais modernos, outros que vieram depois, se é que o são. Não importa fazer juízos de valor relativo; ou mesmo fazer juízos de valor absoluto, quanto às obras desses homens que nos deixam sós. Fôssemos quais fôssemos esses valores que descobrissemos, e que são altíssimos, o vácuo e a diferença de escala manter-se-iam. Eles foram os últimos a que não foi roubada uma actividade politica que já haviam tido; os últimos que puderam chegar com os seus nomes à responsabilidade de o povo os estimar e respeitar, mesmo antes de saber avaliá-los em seus escritos; os últimos que, escapando ao nivelamento do silêncio, podiam trazer consigo ou guardar consigo um prestígio que não estava mais à mercê da Censura, não podia ser administrado parcimoniosamente por ela. Eles eram

os últimos que não podiam ser suprimidos. E, porque isso era impossível, nunca avaliaremos plenamente quanto lhes devemos em so brevidade.

Jaime Cortesão morreu em Portugal, precisamente quando o Estado Novo festejava como seu Infante D. Henrique, e o Brasil participava iludido dessa imensa farsada. Estará a estas horas havendo um Congresso dos Descobrimientos, que, se a vergonha fôsse apañagio de todos os caixeiros-viajantes ou serventários-assalariados da cultura, não poderia haver: apenas, porque, com Jaime Cortesão, morreu, há muito pouco, o historiador que teria a autoridade para reconhecer a existencia dessas criaturas todas, e para presidir a tal Congresso, se este não fosse mais uma manifestação de vampirismo intelectual de gente sem cultura nem descobrimientos.

A historiografia que Jaime Cortesão produziu em décadas de labor devotado e ininterrupto, em que o Brasil ocupou lugar proeminente, não releva apenas de um visionarismo poético, que lhe ficara dos tempos da Águia, de uma ilusão de franciscanismo, que era a sua visão generosa do mundo, nem de rigor de informação e de investigação com que ergueu monumentos de história, como os estudos sobre Alexandre de Gusmão ou Raposo Tavares. A sua «teoria do sigilo» nos Descobrimientos, a sua compreensão entre económica e espiritualista dos fenómenos históricos, a sua filosofia apaixonada da história portuguesa — tudo matéria de discussão e de impugnação — não relevam também, por sua vez, apenas da ciência que pode ser posta em causa. São algo mais, que é inseparável da própria existencia da Nação Portuguesa, durante estes anos tristes. O que o Brasil deva a Jaime Cortesão pelo que este lhe trouxe de conhecimento das suas raízes, pouco é a comparar-se com o que, através de tudo isso, Portugal lhe deve. Inventar com rigor e com fervor, a História de um país, iluminando-lhe as maiores glórias, é criar civilização. Aquela civilização que os portugueses só fizeram, depois que os historiadores como Jaime Cortesão, tocando nos factos e nos documentos, os transfiguraram num nobreza e numa dignidade que, se as não tivéssemos, mereceríamos assim ter tido.

A sua concepção da História como heroísmo e humildade, com planificação e como imprevisto, como espiritualidade e como trabalho honesto — será que a História e a História Portuguesa, foi e é assim? Importa pouco. A lição de patriotismo fica, e bem precisamos dela, sózinhos como nós estamos e com os sonhos, os anseios e as esperanças de Portugal.

LEIA

“QUANDO OS LOBOS JULGAM”

(A defesa de Aquilino Ribeiro)

“OS ULTIMOS DIAS DO FASCISMO PORTUGUÊS”

de MARIA ARCHER

Pedidos à nossa Redacção

Sartre: Todo o apoio á II Conferencia pro-anistia

A Comissão Coordenadora do Movimento Pró-Anistia dos Presos e Exilados Políticos da Espanha e Portugal manteve, no dia 7 de Setembro último, uma cordial entrevista com o escritor Jean-Paul Sartre, que acaba de visitar o Brasil. A esse encontro, realizado na Livraria Francesca, esteve representada a referida Comissão por diversos de seus membros, entre os quais a sua secretária geral, dra. Dolores de Mello Vassão, a atriz Maria Della Costa, a cantora Maria do Céu, os escritores Jorge

Amado e Sérgio Buarque de Holanda, além de outros.

Após uma agradável palestra foi solicitado ao conhecido homem de letras para dar a sua opinião e seu apoio à II Conferência Latino-Americana, a realizar-se em Buenos Aires nos dias 11, 12 e 13 de Novembro próximo. Dando sua adesão ao empreendimento solidário que realizam os povos latino-americanos, assim se manifestou o escritor Jean-Paul Sartre:

"Eu considero que este movimento é de uma importância ca-

pital, não somente por causa da influência que ele deve exercer sobre os governos de Portugal e Espanha, mas porque é ele a primeira forma de uma ação mais ampla ainda, que se deve constituir pela anistia de todos os prisioneiros políticos da Península Ibérica, presos por terem lutado contra o fascismo. Em consequência, deve-se dar todo o apoio a esse movimento e à II Conferência Latino-Americana, que transcorrerá em Buenos Aires."



Jorge de Sena e Adolfo Casais Monteiro conversando com Sartre sobre a situação portuguesa durante o I Congresso de Crítica, realizado no Recife. Junto, o crítico brasileiro Wilson Martins.

ORDEM DO DIA

A 2.a Conferência Latino-Americana Pró Anistia para os Presos e Exilados Políticos de Espanha e Portugal, convocada para os dias 11, 12 e 13 de Novembro próximo, na cidade de Buenos Aires, obedecerá à seguinte ordem do dia:

- 1.º Informe da Comissão Executiva Permanente Latino-Americana sobre as atividades desenvolvidas desde a conferência de São Paulo;
- 2.º Gestões ante a ONU para interessá-la na clamor universal pró anistia e em defesa dos direitos humanos na Península Ibérica;
- 3.º Medidas para desenvolvimento ulterior do movimento:
 - a) Criação de um Conselho Ibero-Americano Pró Anistia e Defesa dos Direitos Humanos em Espanha e Portugal;
 - b) Convocatória da 3.a Conferência Mundial para pôr termo às perseguições político-sociais em Espanha e Portugal.

A Mesa da Comissão Executiva Permanente Latino-Americana resolveu submeter estes itens à Conferência e ao conhecimento prévio de todas as instituições e personalidades convidadas a participar, afim de que possam contribuir com iniciativas oportunas sobre os mencionados temas.

DESTACADAS PERSONALIDADES E NUMEROSAS ORGANIZAÇÕES CHILENAS ADEREM A CONVOCATORIA DA 2.a CONFERENCIA PRO-ANISTIA

Em Santiago de Chile, foi publicado um documento de adesão à 2.a Conferência Latino-Americana Pró-Anistia para os Presos e Exilados Políticos da Espanha e Portugal, assinado por destacadas per-

sonalidades e entidades da vida social e cultural chilena. E o seguinte o texto da declaração:

"Por impetuoso de consciência, pelo espírito eminentemente humano que anima a causa da libertação dos presos e exilados políticos e pela sinceridade profunda e solidária com que é apoiada em nossa América bem como no mundo inteiro, e cuja defesa foi assumida pela organização surgida da conferência sul-americana pela anistia dos presos e exilados políticos da Espanha e Portugal ADERIMOS à 2.a Conferência Latino-Americana convocada pela Mesa Executiva Permanente do Movimento, com o propósito de insistir no pedido, ante as autoridades governamentais lusoespanholas e ante a Assembléa Geral das Nações Unidas, de respeito aos direitos humanos, pelo restabelecimento das liberdades e pelo estado de direito na Península."

Subscrevem a declaração:

Eugenio Gonzales, decano da Faculdade de Filosofia e Educação da Universidade do Chile; Luis Oyarzun, decano da Faculdade de Artes Plásticas; Humberto Helgueta Guerin, Presidente da Federação de Educadores do Chile; Luis Merino Reyes e Alejandro Magnet, pela Soc. de Escritores do Chile; Matilde de Guevara e Mila Oyarzun, pela Associação de Escritores do Chile; Tomas Lago, Diretor do Museu Folclórico da Universidade do Chile; Clotario Blest Rifo, Presidente da Central Unica de Trabalhadores (CUT); Federação Industrial Nacional da Construção; União de Mulheres do Chile; Federação de Trabalhadores Textéis e Ramos Similares do Chile; Comité Nacional do Congresso Latino-Americano de Mulheres; Federação Operária Nacional de Couros e Calçados; Sindicato Industrial de Móveis «GRIM»; Federação Industrial Ferroviária do Chile; Federação de Operários de Imprensa; Movimento pelas Liberdades e Direitos Humanos; União de Estudantes; Federação Nacional de Empregados em Seguros; Seção Feminina da FRAP; Mulheres Radicais; Associação de Empregados Municipais de San Miguel; Federação Industrial de Trabalhadores em Panificação; Federação Industrial Nacional Mineira; Federação do Metal; Federação de Trabalhadores nos Serviços de Saúde.

Continuam a aderir à Declaração outras entidades e personalidades.

Petição á Camara de deputados da Republica Argentina

A Organização para a Anistia Geral em Espanha e Portugal, constituída na Argentina, apresentou à Câmara de Deputados da Nação um documento em que solicita: 1.º — Que a Câmara formule um pronunciamento em favor da anistia; e 2.º que a mesma Câmara se digne expressar ao Poder Executivo que veria com agrado que por intermédio do seu representante na atual Assembléa da ONU, solicitasse o tratamento da petição formulada pela Organização para a Anistia.

Na sua parte expositiva, o documento contém os fundamentos desta petição, baseados no clamor "dos homens que sofrem dentro dos cárceres da Península Ibérica por motivos políticos, e também do daqueles que se vêem obrigados a permanecer fora da terra da pátria por motivos idénticos", clamor que levou personalidades de vários países a exigir dos governos de Espanha e Portugal a declaração de uma ampla e generosa anistia.

"Primeiro foi dirigida — diz o documento — uma petição ao governo de Espanha por mais de mil intelectuais daquele país, encabeçados pela veneranda figura de Dom Ramon Menéndez Pidal; foi a seguir o acôrdo da Primeira Conferência Sul-Americana Pró-Anistia Para Presos e Exilados Políticos de Espanha e Portugal, realizada em São Paulo, em janeiro último; e culminou com a missão enviada à Europa em cumprimento do disposto por aquela Conferência, a qual, integrada pelo Dr. Bernardo Canal Feijó e Dom Luis Emilio Soto, no transcurso de maio último, realizou frutuosas gestões em Itália, Cidade do Vaticano, França e Suíça, por lhes ter sido negado visto consular para entrarem tanto em Espanha como em Portugal, a fim de impetrarem ante os respectivos governos. Todas estas gestões — acrescenta o documento — irão dando seus frutos com o andar do tempo Porém é indispensável que se reitem as manifestações e petições, principalmente pelos organismos que investem representações populares e pelos que representam um alto valor internacional, como é o caso da ONU.

Simone de Beauvoir SALAZAR? O PIOR POSSIVEL

FERNANDO CORREIA DA SILVA

Os repórteres, muitos. Os entrevistados, dois. Um hotel, gestos, perguntas, gritos, Jorge Amado re- gendo o desconcerto.

— Primeiro andar!, diz ele. Olhei o relógio. Cinco horas. Subo ao quarto andar com outro repórter e sua intérprete. Sartre pre- parava-se para descer. Apresenta- mo-nos. Ele conduz-nos até ao último quarto do corredor sombrio. Bate na porta com os nós dos de- dos. Nervoso. Alguém atende. Uma mulher com uma faixa de cor en- volvendo a cabeça. Simone não es- quecera a entrevista exclusiva aos dois repórteres.

Sentamo-nos. Uma jarra de flô- res é empurrada para o canto da mesa.

— Voilá! Aqui estamos. Bombardeio das perguntas de sempre. Existencia- lismo, marxismo, revolução, ho- mem em situação, Argélia, De Gaulle, é possível o verdadeiro amor na atual sociedade? Brigitte Bardot encarna o mito do "eterno feminino"? Dengosa, a intérprete resolve perguntar o que entende Simone por um homem bonito, ri- sos, o fotógrafo quase arromba a porta, vara-nos os olhos com mag- nésio incandescente, arre! me dei- xem um pouco de Simone.

— Et vous, Monsieur? — Que pensa de Salazar? — De Salazar? Mas o pior pos- sível...

— Por quê? Fim de guerra. Esperança e te- mor pelo futuro. Uma francesa desce em Lisboa. Turismo, ou qua- se. Taxis, laranjas, bananas, cine- mas, cafés, chicharas de chocolate, de verdadeiro chocolate, vitrinas, sédas, sédas de verdade e lãs, e sapatos com solas realmente de couro, banheiros com água quen- te, tudo o que a guerra havia rou- bado a França, Portugal é um país rico, Portugal é um país pobre com gente rica pastando, crianças com rostos colados nos vidros das pastelarias, ah! que esses estran- geiros têm sorte de comer quando sentem fome! uma esmolinha por amor de Deus! ruas onde ainda há memória de sol, ruas, museus e gente vivendo dentro, pés descal- ços, olhos mortos, vamos, chega de turismo!

— E a oposição portuguesa? A resistência?

Simone encolhe os ombros. — Homens que sofrem, diz. Ho- mens que vinham de um regime democrático, que conspiravam, que

tinham esperanças nos Aliados, ex- cessivas e mirabolantes esperanças, homens que se arriscavam a de- gredo na ilha do inferno.

— Republicanos como os que re- tratou em "Os Mandarins"?

— Conheci apenas esses. Soube que havia comunistas e jovens pro- gressistas na resistência. Mas não tomei contacto com eles.

— Acredita que a oposição anti- salazarista é toda ela do tipo que Henri e Nadine conheceram em Portugal?

— Não sei. Você deve saber me- lhor que eu.

Realmente sei. Mas calo. A en- tervistada é Simone.

— E por que se mantém Salá- zar? Debilidade da oposição ou proteção das potências ocidentais ao regime fascista português?

Simone acha estranha esta mi- nha insistência em saber o que pensa ela da oposição portuguesa. E' bom saber o que os outros pen- sam de nós. Afinal, nós somos ape- nas aquilo que todos os outros, mas todos, pensam de nós. Simone tem um rosto severo mas respon- de apenas:

— Certamente que o Ocidente tem apoiado Salazar. Primeiro a Inglaterra, depois os Estados Uni- dos. E esse é, sem dúvida, um este- io para que ele se tenha man- tido no poder.

Terminou a entrevista. No ascen- sor Simone quase sussurra: — E' um belo país, Portugal!

"Jardim à beira-mar plantado" F penso.

— Há quantos anos o senhor está no Brasil?, pergunta.

— Sete anos, respondo.

— E a resistência?... arrisca ela. E' forte? Organizada? Unida?

Lembro-me de uma boutade de Gualdino Gomes em pleno Café Chiado: "Cada povo tem o gover- no que merece".

— Não!, respondo de mau hu- mor.

D. Sebastião, Salazar, fatalidade histórica!

Chegamos ao primeiro andar. Sartre está ainda cercado por uma multidão de repórteres. Uma segun- da multidão tenta cercar Simone. Ela desvencilha-se e volta a entrar no ascensor. Despede-se de mim com um aceno de cabeça. Aceno também, a minha. Sou um gentil dinossauro contemplado por um lú- cido espírito do Século XX. Nós, os portugueses, somos uma excelente raça de dinossauros. A entrevista terminou. Que chato ser dinossauro...



Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)

MENSAGEM AO POVO PORTUGUÊS

O MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA (MPLA) endereça esta mensagem ao povo Português, num espírito de amor à liberdade, à fraternidade e à paz universais.

O MPLA, organização patriótica e africana, luta indomavelmente pela liquidação urgente da dominação colonial portuguesa em Angola e pela liberdade e o progresso do povo angolano.

Evocando abusivamente o nome e os interesses do povo de Portugal, os colonialistas portugueses dizimaram, no passado, os povos africanos de Angola, quer através de séculos de escravatura e de tráfico de populações negras, quer por guerras de conquista, quer ainda por imposição de condições de vida aniquiladoras.

Na época contemporânea, os colonialistas portugueses, sob a capa de princípios elevados e humanitários e com base na ocupação militar, montaram todo um aparelho administrativo ao serviço de uma minoria de opressores e exploradores e dirigido impiedosamente contra os interesses do povo africano de Angola.

Os colonialistas portugueses nunca consentiram, até hoje, que o povo africano de Angola participasse na direcção e no controlo da vida pública, por intermédio de representantes por ele livremente eleitos.

Mesmo os direitos e as liberdades, avaramente inscritos na Constituição política portuguesa, são negados ao nosso povo.

Despossuídos — pela violência e pela fraude — das suas terras e dos meios essenciais de vida, milhões de africanos de Angola vêm sendo submetidos ao trabalho forçado, sujeitos a salários de fome, à miséria e a tratamentos cruéis e degradantes.

As finanças públicas, alimentadas pelo trabalho produtivo dos africanos de Angola e pelos impostos pagos por eles, beneficiam, na realidade, uma minoria de exploradores e são aplicadas na colonização europeia em massa, em preparativos de guerra e, enfim, em obras tendentes a reforçar o domínio colonial português.

POVO PORTUGUÊS!

Eis alguns dos factos — criados e mantidos pelos colonialistas portugueses no interior de Angola — que levam o povo angolano e o MPLA a lutar pela liquidação urgente do intolerável domínio dos colonialistas portugueses e pelo triunfo do direito do povo angolano à autodeterminação — direito proclamado pela Carta das Nações Unidas, da qual Portugal é um dos signatários.

E' o povo angolano que deve ser soberano em Angola, como o povo português é soberano em Portugal.

E' ao povo angolano, e só a ele, que compete determinar livremente o seu destino e escolher a direcção do seu desenvolvimento.

POVO PORTUGUÊS!

A hora é grave.

Mais uma vez, os colonialistas portugueses se preparam, de maneira criminosa, para fazer correr ingloriamente, dentro em breve e sobre o solo de Angola, o sangue do nosso povo e o sangue dos vossos filhos.

E' o momento de esclarecer posições e de fixar responsabilidades.

O povo angolano e o MPLA não pretendem combater Portugal. O respeito pela sobrevivência, pela liberdade e pela aspiração ao progresso de Portugal é um dos fundamentos da sobrevivência, da li-

berdade e do progresso que o povo angolano e o MPLA reivindicam para Angola.

O povo angolano e o MPLA não pretendem combater o povo português. Não acreditamos que este povo que, ao longo da sua história e em face de invasores e opressores, deu exemplos de luta por amor à liberdade, queira, no presente, sancionar guerras e massacres que levarão os seus filhos à morte para benefício exclusivo de um punhado de exploradores.

O povo angolano e o MPLA combatem, sim, e combaterão até a vitória final, os colonialistas portugueses. Todavia, a história e a experiência da luta contemporânea entre os colonialistas e os povos colonizados ensinam que, ante o combate libertador dos povos oprimidos, os colonialistas de um determinado país não costumam sempre manifestar a mesma disposição, adotar a mesma atitude e sancionar, unanimemente, as mesmas formas de tratar o problema colonial.

Sob a pressão irresistível da luta dos povos colonizados, no grupo colonialista de um país costumam manifestar-se ao menos duas ten-

tajosas. Esses colonialistas partidários da negociação, colonialistas de senso e realismo, partiriam, sem dúvida, da velha verdade de que a base e a garantia de um comércio seguro e próspero não estão no saque, na rapina, no esbulho e na exploração consentidos pela injusta lei colonial, mas na negociação lícita e leal.

E' claro que um povo e uma organização patriótica, que lutam pela liquidação completa do sistema e das relações coloniais, não poderão deixar de assumir atitudes diferentes em face das duas tendências, à medida porém que essas tendências se forem afirmando e individualizando por tomadas de posição claras e por atos concretos.

A luta do povo angolano e do MPLA é determinada, antes de tudo, pelas condições internas de Angola. Mas essa luta inscreve-se também no irresistível movimento de libertação nacional e de independência económica que vem sendo levado avante, de sucesso em sucesso, pelos povos de África, da Ásia, da América Latina e pelas camadas sociais economicamente exploradas do resto do mundo.

O povo angolano e o MPLA propõem a liquidação do colonialismo português por meios pacíficos e democráticos, pela via da negociação. A prova evidente está nas seguintes proposições da declaração do MPLA ao Governo português, feita perante a opinião mundial, em 13 de junho de 1960:

— "O MPLA, como porta-voz do povo angolano, declara que consideraria como primeiro sinal da rejeição da via armada por parte do governo português, a realização urgente e efetiva pelo governo em causa, das seguintes proposições:

— Reconhecimento solene e imediato do direito do povo angolano à autodeterminação;

— Anistia total e incondicional e libertação imediata de todos os prisioneiros políticos;

— Estabelecimento das liberdades públicas, nomeadamente a de formação legal de partidos políticos, e garantias concretas para o exercício efetivo dessas liberdades;

— Retirada imediata das forças armadas portuguesas e liquidação imediata das bases militares existentes no território angolano;

vêm praticando os colonialistas portugueses nas nossas terras e sobre a riqueza e o trabalho de gerações de milhões de africanos, só vos poderia ter dado o que tendes: dos mais baixos níveis de vida e de cultura da Europa.

Compete-vos a vós afirmar vigorosamente, perante a opinião mundial, se continuais dispostos a consentir que os vossos filhos, irmãos, maridos e noivos sirvam de mercenários dos colonialistas portugueses, em troca d uma falsa glória e de migalhas das riquezas roubadas a outros povos.

Compete-vos a vós concluir definitivamente se os colonialistas portugueses não constituem afinal a vanguarda e o suporte daqueles que, por um lado, sujeitam o povo angolano à exploração e à opressão nacional e social, e, por outro lado, se opõem às aspirações ao progresso social das grandes massas populares portuguesas.

A análise honesta da situação em Portugal e nas suas colónias não pode deixar de levar à conclusão certa de que o colonialismo português é um inimigo provado dos povos coloniais e do próprio povo português.

Um povo que oprime outro povo não pode efetivamente ser livre.

O povo angolano — cuja vontade o MPLA incarna e realiza — por meio de um combate imposto pelo colonialismo português — luta pela conquista da sua soberania total em Angola.

O povo angolano está decidido a vencer o isolamento retrogradador e a situação de irresponsabilidade em que o mantém o colonialismo português, e aspira a estabelecer com todos os povos do mundo (incluindo o povo português) e com base nos princípios da Carta das Nações Unidas, todas as relações indispensáveis ao progresso pacífico de qualquer povo.

O colonialismo português opõe-se, pela sua natureza, à realização dessa única forma sã e possível de relações entre os povos. Eis porque acreditamos que o povo português — que deseja certamente desempenhar-se com honra das suas responsabilidades perante a paz e a cooperação mundiais — não deverá deixar de definir a sua posição em relação ao colonialismo português em termos de condenação e de repulsa ativa.

O colonialismo é nosso inimigo comum.

O povo angolano e o MPLA não lutam, por conseguinte, para que seja renovado o Império ou o Ultramar português, mas sim pela liquidação completa do sistema colonial em Angola e pela conquista do exercício efetivo do direito à autodeterminação.

POVO PORTUGUÊS!

O MPLA luta pela liberdade, pela dignidade e pelo progresso do povo angolano, que é formado por homens de diferentes origens raciais.

Propondo-se extirpar radicalmente do corpo de Angola o colonialismo, o MPLA visa impedir que não volte a verificar-se, na pátria angolana, qualquer manifestação do colonialismo. Portanto, o MPLA não é nem pode ser um movimento racista, porque o racismo é uma manifestação inerente ao colonialismo. Com a mesma energia com que combate o colonialismo, o MPLA opõe-se, em Angola, à opressão e à subjugação, sob quaisquer formas ou pretextos, de qualquer grupo racial sobre os outros grupos raciais.

"Uma pessoa — um voto". Este é um dos princípios que queremos ver realizado na sociedade livre e democrática, por cuja instauração em Angola nos batemos.

(Continua na pág. 6)



E' urgente a revisão da política africana de Salazar, para que em território português isto não aconteça.

dências: a dos colonialistas obstinados e a dos colonialistas partidários da negociação.

São colonialistas obstinados todos os que teimarem em manter o povo angolano oprimido e teimarem em não reconhecer-lhe efetivamente o direito universal à autodeterminação. E' evidente que os colonialistas portugueses obstinados só deixarão de exercer a sua ação maléfica sobre o povo angolano quando for liquidada totalmente a dominação colonial portuguesa em Angola.

Não é impossível que no seio do grupo colonialista português venha a revelar-se claramente a corrente dos colonialistas partidários da negociação, prontos a aceitar e a garantir imediatamente o direito do povo angolano à autodeterminação, desejosos de estabelecer com o nosso povo — num total respeito pela liberdade e a soberania deste — relações leais e mutuamente van-

A nossa luta, apoiada pela solidariedade ativa de mais de metade da Humanidade, marcha no sentido da História.

Estamos certos da nossa vitória sobre os colonialistas portugueses.

POVO PORTUGUÊS!

No nosso tempo, nenhum país colonizador ganhou uma guerra colonial. Jamais um país colonizador sairá vencedor de uma tal guerra.

A guerra colonial, alétra de criminosa na sua origem, na sua natureza e nos seus objetivos, constitui hoje um anacronismo. Ora, Portugal, país colonizador com menos recursos humanos e materiais, não poderá alimentar uma guerra colonial sem levar o seu povo à miséria extrema e sem hipotecar a sua liberdade a poderosos interesses estrangeiros.

— Convocação, até ao fim do ano de 1960, de uma Mesa Redonda constituída por representantes de todos os partidos políticos angolanos e por representantes do governo português, para a solução pacífica do problema colonial em Angola, no interesse das partes em presença."

CAMPONESES, OPERARIOS, TRABALHADORES, INTELECTUAIS, ESTUDANTES E SOLDADOS PORTUGUESES!

HOMENS, MULHERES E JOVENS DE TODAS AS CAMADAS SOCIAIS DE PORTUGAL!

Compete-vos a vós demonstrar, clara e concretamente, perante a opinião mundial, que o patriotismo português não é sinónimo de opressão e exploração de outros povos, de fanatismo pelas glórias passadas e de cegueira em face do curso irreversível da história.

Compete-vos a vós examinar e concluir se a pilhagem, o saque e a exploração, que durante séculos

O que se passa com as colónias portuguesas? (IV)

A REVOLUÇÃO AUREA

MARIA ARCHER

PAULO DE SOUSA

Analisamos muito resumidamente nos artigos anteriores como se tem vindo a processar a libertação dos povos coloniais do jugo do colonialismo sob as suas formas tradicionais, e como essa libertação está atingindo a África na sua quase totalidade.

Pressionadas internamente pelo irresistível impulso dos povos (apoiados no exterior pelos antigos países coloniais já libertados e pelos países do socialismo) e não podendo contar com o apoio dos EUA (que em quase todos os campos está tentando substituir-se àquelas potências junto dos novos países), as potências coloniais decidiram-se a alterar o aspecto do colonialismo. Com o intuito de salvaguardar os seus interesses económicos atuais e futuros, passaram a facilitar em maior ou menor grau, a ascensão dos vários povos à independência política. E procuram fazê-lo sacrificando até parte dos seus interesses para não perderem tudo. Não têm outra saída, conforme publicamente o reconheceu Mac Millan na sua memorável viagem à África, em especial no discurso que fez na África do Sul, condenando a política racial deste país, em janeiro deste ano. Preferem pois aderir às fórmulas do neocolonialismo, procurando perpetuar e assegurar novas vantagens económicas negociadas diretamente com os dirigentes nacionais. E isto é feito em colaboração com certos países, nomeadamente os EUA, a Alemanha Ocidental, Israel, a Itália, o Japão, sendo muitas vezes difícil esconder as profundas rivalidades e dissidências que entre si existem nesta reconquista dos mercados e fontes de matérias primas.

O CASO PORTUGUÊS

A muitos parecerá estranho por que é o caso das colónias portuguesas se apresenta aparentemente tão diferente. O que é que faz com que grande países como a França e a Inglaterra se decidam a sacrificar tanto dos seus interesses, e um pequeno país, em que só o fato de possuir colónias se apresenta como um "abcesso"

Mensagem ao povo português

(Continuação da pg. 5)

CAMPONESES, TRABALHADORES, OPERÁRIOS, INTELLECTUAIS, ESTUDANTES E SOLDADOS PORTUGUESES!

HOMENS, MULHERES E JOVENS DE TODAS AS CAMADAS SOCIAIS DE PORTUGAL!

Eis definido o essencial da posição do MPLA perante vós, perante a vossa pátria e perante o colonialismo português.

A vós, agora, a palavra e a ação.

Certos da justiça da sua causa, o povo angolano e o MPLA prosseguirão implacavelmente a sua luta até a liquidação completa do colonialismo português em Angola.

Abaixo o colonialismo português!

Viva a luta do povo angolano pela sua liberdade!

Reconhecimento imediato ao povo angolano do direito de dispor de si mesmo!

Regresso imediato a Portugal de todos os soldados portugueses obrigados a participar brevemente numa guerra injusta!

Vivam a paz e a amizade entre os povos!

África, 30 de Junho de 1960.

Pelo Comité Diretor do Movimento Popular de Libertação de Angola Viriato Cruz
Mario de Andrade
Lucio Lara.

histórico, persista na firme decisão de as manter, sob a forma atual indefinidamente?

Quais as causas profundas que "forçam" os inflamados discursos de que se ouvem todos os dias aos dirigentes portugueses? Qual a necessidade de se falar tanto agora na comunidade luso-brasileira, de se apelar tanto para a unidade de todos os portugueses, de se espremer ainda mais o nosso passado histórico?

É que os grupos financeiros que dirigem o país, usando de todo o poder que lhes dá a ditadura salazarista, e servindo apenas os seus próprios interesses, não viram outra maneira de aliviar a depressão económica que se seguiu à segunda guerra mundial (com a queda pronunciada das nossas exportações tradicionais) senão ligar ainda mais as estruturas económica, social e política das colónias às da Metrópole, construindo assim uma espécie de economia triangular. Portugal continuaria a ter deficit com o estrangeiro, superando as importações largamente as exportações, mas as colónias cobririam parcialmente esse deficit. Com efeito, a balança comercial das colónias com Portugal começou a acusar grandes diferenças entre as importações e as exportações, e saldos francamente favoráveis nas exportações e importações do estrangeiro. Passaram as colónias a servir de intermediários, obtendo as divisas para Portugal poder comprar no estrangeiro.

OS GRANDES GRUPOS FINANCEIROS E AS COLONIAS

O brusco desenvolvimento das colónias depois da guerra, veiu abrir aos grandes capitalistas metropolitanos um vasto campo de novas possibilidades de exploração. Eles conseguiram, dominando os postos chave do governo, obter privilégios extraordinários, transportando para as colónias parte das suas atividades. Assim vemos chegar às colónias os industriais do cimento, da cerveja, a CUF com todas as suas atividades entre as quais é de especial destaque a fábrica de azoados que deverá ser erguida em Angola (700.000 contos), a celulose e pasta de papel, os donos da energia elétrica através da Sonel e outras companhias. Todas estas novas empresas ou já têm ou estão em vias de obter lucros colossais, muito superiores proporcionalmente aos obtidos na Metrópole. Hoje pode-se dizer que todos os grandes capitalistas metropolitanos têm enormes interesses nas colónias, o que não sucedia alguns anos atrás. Protegidos por um poder discricionário que a ninguém é obrigado a dar satisfações, eles reforçam as suas posições e aumentam as relações de dependência das colónias, através dos mecanismos aduaneiros, de crédito, cambiais, etc.

Como primeira e fundamental causa do caminho diferente que têm tomado as coisas nas colónias portuguesas, temos pois o espetacular aumento dos interesses dos grandes capitalistas metropolitanos naqueles territórios.

GARANTIAS DOS GRANDES CAPITALISTAS

Mas pode-se muito justamente objetar que as outras potências coloniais também tinham enormes interesses em África e que encontraram outro caminho bem diferente para os manter.

É que a situação económica de Portugal e colónias, a despeito de todas as afirmações em contrário, tem piorado sensivelmente nos últimos anos. Os capitalistas portugueses estão empenhados na batalha da industrialização, como tentativa para sobreviver ao Mercado Comum, Europa dos Sete, etc. E só a manutenção das colónias, custe o que custar, lhes pode permitir acalentar esperanças de encontrar um equilíbrio para uma situação que periga a cada momento. A solução "corrida para as colónias" foi a encontrada para tentar fa-

zer frente às novas estruturas económicas que estão sendo levantadas na Europa.

Mas que garantias podem ter os grandes capitalistas nacionais de que aquela seja na realidade uma solução possível? Depois de 34 anos de fascismo, temos provas de sobejo para saber que os dirigentes nacionais e os grupos financeiros que exploram o país são traidores a quem apenas interessam os seus lucros e as suas negociações. Nunca lhes interessou o bem-estar e a promoção do povo português ou dos povos coloniais. Ai está a comparação dos índices de desenvolvimento com os de outros países e das suas colónias para o provar inequivocamente. Uma vez mais eles estão tramando uma traição à Pátria. Eles estão vendendo a quem lhes pode dar garantias e cobertura à sua política, os territórios coloniais e dividindo com outras potências a possibilidade de explorar os seus povos. Não é pois de admirar que nos orçamentos das colónias se encontrem consignados os valores das dívidas aos EUA, bem como as amortizações e juros pagos anualmente. Em troca, aquele país adquiriu o direito de fazer o levantamento aéreo das colónias, bem como a prospecção de minérios e petróleo em quase todos os territórios. O mesmo vem sucedendo com a Alemanha Ocidental. Salazar tenta de novo realizar o seu sonho de se ligar aos alemães, e trata de lhes ceder, secretamente, direitos económicos e militares nas colónias. O mesmo sucede com outros grupos financeiros internacionais, nomeadamente belgas, holandeses, etc.

A par disto, Portugal desenvolve uma intensa atividade diplomática: tenta obter o apoio de certos países afro-asiáticos, Etiópia, Paquistão, etc.; pactua e apóia as atitudes da África do Sul, mesmo na altura em que todo o mundo oficialmente a condena; pretende levar o Brasil a defender a sua posição em relação às colónias e fazer deste país o seu porta-voz junto dos outros países da América Latina.

É que a posição de Portugal na ONU vai enfraquecendo de ano para ano, à medida que a luta anticolonialista vai registrando novos êxitos e vão surgindo muitas novas nações na arena mundial, outros tantos votos contra Portugal em futuras votações.

Vimos hoje por que a manutenção das colónias é fundamental para os grupos financeiros nacionais, que eles estão dispostos a tudo para assegurar a continuação do seu domínio. Vimos o que têm feito no campo internacional para conseguir os seus fins.

Vamos analisar em próximo artigo quais as atitudes que os capitalistas estão a tomar para superar a crise internamente, não só em relação ao povo português, como em relação aos povos coloniais. Em seguida veremos o que se passa do outro lado, isto é, qual é a reação dos povos das colónias, tanto europeus como africanos.

Veremos também que, feito o balanço às forças que intervêm no processo, devemos admitir que se trata na realidade da última e desesperada tentativa do salazarismo para sobreviver. O problema colonial não é distinto do nacional. A sua solução a favor dos povos coloniais acarretará também a solução em Portugal e a derrota do fascismo. É necessário compreender claramente as posições. O salazarismo, através da propaganda, fará todo o possível por lançar a confusão no povo português, utilizará ao máximo o efeito psicológico da "unidade da Nação", conceito que vem muito de trás, e que, em certa altura se podia considerar razoável, mas hoje não. Veremos igualmente que a emancipação dos povos coloniais não é contrária aos interesses verdadeiros do povo português. Ela abrirá caminho a uma colaboração sã, não viciada, no interesse comum dos respectivos povos, livremente a consentindo.

Cinquenta anos rolaram sobre a Revolução Aurea, que assim podemos, no chão brasileiro, denominar a explosão popular de Lisboa, em 5 de outubro de 1910, e já são raros e poucos aqueles que existem na vida e guardam recordações dos homens e factos coevos. A morte tem ceifado as testemunhas desse passado que nos toca de perto e que se afasta de nós num nimbo de saudade e lenda, isolamento que não vem do tempo mas da retracção psíquica em que se formam os mitos e se gestam os demiurgos.

A minha infância e juventude foi vivida no clima passionnal das lutas pela sobrevivência da República. Se procuro na memória ecos dessa época ouço tinir no bronze da glória os nomes de Machado dos Santos, de Afonso Costa, de Antonio José de Almeida, de França Borges, de João Chagas, de Brito Camacho, e tantos outros com a mesma sonoridade que me dá a evocação de Vasco da Gama, Mousinho de Albuquerque ou D. Alvaro Vaz de Almada. Não conheci os heróis da República nem tomei parte judicativa na criação histórica dessa época. Para mim eles foram sempre nomes, personalidades, figurações, um tanto deuses que comandam os elementos e outro tanto titêres do Destino. E dia a dia se engrandece e se entroniza, entre as colunas jónicas do meu Partenon, este sentido hermético de culto e glorificação, esta sensação de que os homens da nossa Revolução Aurea ganharam o direito de não mais existirem pelos seus erros de humanos mas pela obra em que se afirmaram como criadores da História contemporânea.

A Família Real portuguesa mantinha-se em linha hereditária, consanguínea, quebrada na legitimidade canónica por duas bastardias mas inteira na linhagem carnal, desde D. Afonso Henriques. A passagem da 1ª para a 2ª dinastia, a de Aviz, fez-se com D. João I, filho bastardo de D. Pedro I; os Braganças descendiam dum filho bastardo desse mesmo D. João I. Era uma família com 800 anos de realza no Trono duma Nação que se unificara e fixara em fronteiras permanentes séculos antes de qualquer outra monarquia europeia; era um Reino de perfeita unidade, sem vulnerabilidades de dissensões étnicas, quer racistas quer inortárias, sem querelas religiosas, sem oposições linguísticas, sem tradições republicanas nas suas instituições municipais herdadas dos romanos. Um Conde descendente de Príncipes francos, casado com uma filha bastarda dum Rei descendente de Príncipes visigodos, deu origem à linhagem dos Reis portugueses, oitocentos anos assentes no Trono de Portugal.

Era assim magnífico o esplendor dinástico dos Braganças. Nos começos deste século nada fazia prever a queda da monarquia portuguesa. Toda a Europa era então povoada de Príncipes e Reis, cada País governado por um trono e uma Família Real, com as exceções da Suíça, República independente e continua desde o século XVII, e da França, que proclamara a sua I República no século XVIII. Nessa época o partido republicano, em Portugal, era numericamente inofensivo e estruturalmente frágil. Batalhavam nele, sobretudo, uns jornalistas aguerridos e saídos do anonimato mercê dessa agitação. Os nomes prestigiosos do pensamento português eram fiéis à monarquia e à tradição, a burguesia e o povo manifestavam-se com entusiasmo nas festas e homenagens à realza. A revolta do 31 de janeiro mal havia raspado a couraça medieval da monarquia oito vezes secular. Nada abalava a nossa fortaleza monárquica. — Os versos de Guerra Junqueiro, no período faustoso da sua facúndia panfletária, indignavam a famulagem do Paço mas divertiam El-Rei D. Carlos.

Nas eleições, no tempo de D. Carlos, não se arrancou ao País mais que 4 deputados republicanos. E não se julgou que o regicídio ampliasse o partido republicano ou tivesse radicado no povo. Pelo contrário, lançou o pânico na nobreza e na burguesia. Em 1910, três meses antes da implantação da República, o ministério presidido por Teixeira de Sousa

ganhava as eleições para deputados e os republicanos pouca representação conseguiram nessa Câmara. Podia considerar-se provado que o substratum do descontentamento popular não se manifestava contra o regime. Certo, o povo queixava-se da miséria mas o seu clamor apontava o Destino, investia com a sorte, não responsabilizava o Rei.

Epoca em que não havia restrições de liberdades, nem de direitos políticos, nem de segurança, nem de alegria! Havia pobreza, falta de assistência médica, analfabetismo, estagnação no campo industrial, agricultura pelos processos herdados dos mouros, legislação antiquada, sociologia antiquada, um ambiente medieval que sufocava o País e lhe impedia a evolução, havia disso e o mais consequente, havia-o, sim. Mas o povo, a "arraia-miuda", não se dava conta do processo desvalorativo em que se ia isolando duma Europa dia a dia mais integrada na revolução industrial e suas recuperações económicas e sociais. Só os intelectuais estabeleciam os confrontos das áreas de cultura e insuflavam a revolta contra o regime que se firmava nos alicerces do passado apodrecido. O povo, esse, se tivesse um pouco mais de pão e escocentes emigratórios que o desafogassem da abundância demográfica, continuaria a gritar VIVA O REI pela boca dos seus 60% de analfabetos, continuaria isolado, pela cortina dos Pirineus, do movimento ideológico e renovador da Europa.

Foi neste reguengo medieval que o punhado de heróis anónimos da Revolução Aurea hasteou o pendão verde e vermelho da República. Quem foram eles, quem são, os homens que se entrincheiraram na Rotunda, que resistiram às solicitações do instinto de sobrevivência, que resolveram morrer e não se render? Ficou para a História e persiste na memória da Grei o nome de Machado dos Santos e, hoje, aqueles que, como eu, não participaram da epopéia republicana, sentem essa pléiade a diluir-se no tempo e na imponderabilidade do anonimato, vêm-nos num nimbo de lenda, homens ou demiurgos que fizeram a República com algumas centenas de corações inflamados como quatro séculos antes outra pléiade de portugueses anónimos tinha desenhado sobre os oceanos os portulanos de todas as navegações. Anonimato que engrandece, que sublima, que prepara a eclosão do mito.

Não quero saber das fraquezas humanas em que depois se amarfanharam ou foram triturados os homens do 5 de outubro! Sursum corda, eles fizeram a República! Para sempre seja louvada essa grei portuguesa que se comunicou, salvando a cortina medieval dos Pirineus, com as correntes ideológicas da Europa contemporânea, e que lutou, sofreu, morreu, em prol do idealismo de integrar o povo português na evolução cultural atingida pelas sociedades mais desenvolvidas na sua economia e estrutura orgânica. Foi a esse alvo de redenção que miraram os homens do 5 de outubro! O pedestal da estátua que os comemora pode ter inscrito um dístico descarnado, sóbrio na sua pureza!: IDEALISTAS.

O jôgo normal das forças nacionais, a evolução formativa das gerações republicanas, foram interrompidos pelos trinta anos da ditadura salazarista, comparáveis na catástrofe interna e externa aos sessenta da usurpação espanhola. Tal como a usurpação espanhola, que nos deixou empobrecidos da expansão territorial, linguística e de influência, na Ásia e África, a ditadura salazarista fará perder a Portugal as suas províncias ultramarinas, que não soube ligar à Metrópole pelos elos federativos e a interdependência duma comunidade de nações.

Esse intermezzo de ditadura salazarista vive nos últimos trinta anos da nossa História e a perspectiva já se estabelece e permite-nos ver os homens e os factos corrigidos pela distancia que os aproxima do nosso entendimento na acalmia das paixões. Estabeleceu-se a perspectiva e os homens e os

(Continua na pag. 7)

«O Brasil Não é Colônia Para Acatar Exigencia de Salazar»

RIO, (UH) — «Considero bastante lamentável que o Brasil, depois de quase dois séculos da sua independência, ainda se mantenha sob essa situação de colonialismo espontâneo, quando se trata de solucionar assuntos e celebrar tratados com Portugal» — declarou, ontem à UH o ex-embaixador Alvaro Lins referindo-se ao Tratado de Exatidão Portugal-Brasil, recentemente assinado em Lisboa pelo presidente da República (ad referendum do Congresso), e o pedido de asilo à nossa Embaixada, naquele país, do líder católico português Manuel Matos Serra.

POLITICA SINUOSA

Disse, em seguida, que o atual regime ditatorial português somente reconhece a instituição do asilo político e de extradição de criminosos quando isto lhe convém. Como exemplo de sua assertiva citou o fato de em 1938, ter o governo português concedido asilo a dois integralistas que participaram de intenção que visava a morte do presidente Getúlio Vargas, mesmo contrariando a todas as convenções internacionais sobre extradição, que consideram a tentativa de morte de um chefe de Estado como um crime comum, e não um delito político. Citou o fato de ter o governo português, nesse caso, sem que houvesse assinado com o Brasil nenhum convenio, solicitado salvo conduto para os asilados brasileiros que lhe interessavam.

«No caso do general Delgado, porém, recusou-se a ditadura a fornecer salvo-conduto àquele militar, que se achava exilado em nossa Embaixada. O mesmo se verificou com o sr. Manuel Matos Serra, que passou sete meses na Embaixada de Cuba, sem conseguir deixar o país, e que agora foi bater à porta da Embaixada brasileira em Lisboa» — disse.

SALVO CONDUTO

Voltando ao caso Serra: «Não fossem suficientes todos os argumentos existentes e o caso ainda seria para nós de fácil solução. Diz o artigo 5.º do Tratado de Caracas sobre o asilo político, firmado em 1954, e do qual também somos signatários, que caberá ao país asilante caracterizar e definir a natureza do delito, bem como caracterizar a urgência do asilo. E mais: segundo as normas internacionais, quem assina os convenios adquire o direito de exercer a instituição do asilo em território de quem não os assinou mas quem não os assina jamais poderá fazê-lo. Se Portugal não foi signatário de convenios, mas já os reconheceu quando invocou seus dispositivos, poderá inclusive ser responsabilizado no Tribunal de Haia, pela quebra do compromisso, caso venha a sonegar o salvo-conduto de Matos Serra, uma vez solicitado pelo nosso embaixador. Além disso, o Brasil é quem sustenta Portugal na ONU, pois firmamos um tratado que diga-se de passagem, nem sempre corresponde aos nossos legítimos interesses, segundo o qual, em caso de rompimento de relações do Brasil ou de Portugal, com qualquer outra nação, um representaria os interesses do outro.

Por isso, repito, ainda que a ditadura que ora governa Portugal recuse fornecer salvo-conduto ao líder católico que se acha refugiado em nossa Embaixada, teríamos argumentação mais que suficiente para exigir o cumprimento daquele ato.»

(Transcrito de «Última Hora»)

O caso Matos Serra

Notícias provenientes de Lisboa informam que o líder da Juventude Operária Católica, Manuel Matos Serra, que solicitou asilo na Embaixada do Brasil em Portugal, está pronto a pôr termo à vida, se realmente se confirmar a disposição do sr. Negrão de Lima, de entregá-lo à Polícia salazarista.

Até agora, o governo português, na expectativa de que o Tratado de Exatidão, assinado por JK em Lisboa, seja rapidamente ratificado, tem feito tudo para protelar a decisão do Itamarati sobre o caso Serra. O Embaixador Negrão de Lima vem mantendo contato com a chancelaria portuguesa e com o ministro do Interior, mas não pediu salvo-conduto para Serra.

Tiveram penosa repercussão na opinião pública portuguesa as notícias publicadas pelo correspondente de um vespertino carioca, segundo as quais as conversações entre o sr. Negrão de Lima e o Chanceler Marcelo Mathias se estavam processando «em clima da maior harmonia e compreensão». Sabe-se que uma tal «harmonia» só é possível desde que as conversações estejam decorrendo favoráveis à pretensão do sr. Oliveira Salazar, que diz considerar o sr. Matos Serra «um delinquente vulgar», ao serviço do «comunismo internacional», e reclama sua entrega imediata a fim de «ser cumprida a Justiça».

EPISODIO SANGRENTO

Agora, perante a estranha omissão do Itamarati, que está deixando passar o tempo sem se definir publicamente, Manuel Serra fez chegar ao Exterior a informação de que porá termo à vida, se o sr. Negrão de Lima tentar entregá-lo à PIDE (Polícia Internacional de Defesa do Estado). Lisboa está creia de rumores, inclusive de que Manuel Serra já se teria suicidado.

O Brasil corre o risco, assim, de se envolver num episódio sangrento, apenas por não querer ferir as susceptibilidades do ditador português.

TUDO NA MESMA

No Itamarati a reportagem obteve a informação de que o caso Serra continua sendo «estudado» pelos vários departamentos daquela Secretaria de Estado. Quanto ao Chanceler Horácio Lafer, tem-se furtado sistematicamente a qualquer pronunciamento sobre o assunto.

(Do «Jornal do Comercio», de Recife, de 10-9-60)

Os estudantes brasileiros protestam

«Há pouco menos de um mês, o líder católico, Manuel Matos Serra, pediu asilo na Embaixada brasileira em Lisboa. Motivo: perseguição por «atividades contra o Estado», ou seja, luta pela democratização de Portugal.

Ouvindo por um vespertino, o embaixador Negrão de Lima disse que tudo estava sendo estudado na mais perfeita cordialidade e outras tantas fórmulas que nada dizem. Tendo em vista, porém, a recente visita do presidente da República ao ditador Salazar e a assinatura do Tratado de Amizade e Consulta, o problema torna-se bastante grave. O Tratado, que deve ser votado dentro em pouco pelo congresso, contém um dispositivo sobre a extradição. Se aprovado, o governo brasileiro simplesmente entregará Matos Serra à polícia de Salazar e estarão ameaçados todos os refugiados portugueses em nosso país. Eis a questão. É por isso que o problema está sendo estudado com «cordialidade»? Estamos esperando as respostas de Negrão de Lima e Horácio Lafer.

Lembramos, desde já, que os estudantes querem Matos Serra no Brasil e não permitirão que a tradição democrática do asilo seja desmoralizada por um governo totalitário.»

(De «O METROPOLITANO, órgão oficial da União Metropolitana dos Estudantes» — Rio de Janeiro, de 18-9-1960.)

REPUBLICA, SINONIMO PORTUGUES DE DEMOCRACIA

Sob escolta, altas horas da noite, cheguei à parada de exercícios, onde se me deparou uma força de mau aspecto militar, à frente da qual estava um sargento. Tudo aquilo que, no dizer de Mouzinho, «distingue um militar do civil, além do capacete e da espada», passou pela mente do alferes cãndido, «militarão», altaneiro, quixotesco. Num segundo libertou-se da escolta e, de salto estava junto do sargento, na intenção de o manietar e tirar-lhe o comando da força. Ele, porém, desfechou à queima-roupa, alvejando-me no peito — felizmente na parte direita.

Caí «redondo». A bala que conservo como relíquia (até para São Paulo a trouxe) pesará apenas dez gramas, mas a força viva, implicando com o quadrado da velocidade — sendo esta de 300 m/seg à boca — transformou o choque do projétil no equivalente a um coice de boi. Eis porque caí logo.

Que imagem havia de ficar de toda aquela miséria militar de um alferes de boa tempera, apaixonado, do pela profissão das armas?

Três meses depois implanta-se a ditadura militar. O general Gomes da Costa, amigo de Martins Junior, um dos implicados na conspiração de Vendas Novas, anistia os revoltosos. Requeiro duas vezes justiça, pois nada tenho com as manobras da política e estivera para morrer a tiro apesar de desarmado. (Bastava uma coronhada...)

Não se me dá resposta, nem particular.

Como não estivesse disposto a ficar gratuitamente com o corpo furado à bala, fui a Vizeu onde, então, se encontrava o sargento que me atirara. Minutos depois aquele entrava no hospital militar com algumas equimoses.

Tribunal, «Conselho de guerra. Como dizer-se. O meu delito é «comum» enquanto o do sargento fora delito político... Quem me há-de defender? Costa Ferreira.

Estou a vê-lo alto, fortíssimo, medalhado, ficando-lhe a mesa do tribunal muito abaixo do meio das coxas. Em peça de teatro que escrevi em 1940, num fictício tribunal, pus na boca do defensor a mesma frase que Costa Ferreira proferira anos antes no tribunal de Vizeu e arrancou ao juri a absolvição, em minutos.

Foi depois de tudo isto que nos encontramos, republicanos ambos, ele major, eu tenente, no Ministério da Instrução.

Passagem fugaz aquela, de uns escassos três meses. Ele era muito liberal para servir no mesmo ministério em que Salazar começaria a deitar as mãos de fora.

Entretanto eu entrava na universidade de Lisboa, a cursar três anos, seguidos de outros três a fazer o curso de Estado Maior.

Apesar de diferença de idades — uma vintena de anos — e de postos, trocamos cartas de filosofia política, algumas das quais publicadas na revista de Artilharia no número especial «post-mortem». Escondi-as algures por causa da PIDE, que tudo rouba, sacrilegamente, quando vinte anos mais tarde, já eu general, fui convidado para candidato da Oposição à Presidência da República. Essas cartas virão oportunamente à luz do dia, como símbolo que são de um espírito republicano analisando a situação e a prever o que se iria passar. Como sentiria, mais tarde, na carne, essa profecia!

Entendidos ambos nos princípios mas discordando na questão tempo, representam essas cartas um dos meus tesouros, ademais assinadas por quem foi convidado para se candidatar, anos antes de mim, a presidente pela oposição — segundo me informam — mas não quis aceitar, certamente para evitar sujeitar-se aos vexames por que passou o general Norton de Matos, o almirante Quintão Métreles e mais que todos, eu próprio, pois com mais juro haveria de pagar o ódio do ditador a qualquer manifestação máscula dos oficiais generais — por ele, com razão, tratados como criados de li-bré.

«Em política não se pensa, sente-se... Os anos passaram e a des-

peito de todas as misérias por que passei como militar apaixonado pela profissão, quedei-me republicano. Por quê?

Simples, embora pareça paradoxal. Em Inglaterra, em 1942 um oficial de complemento da RFA, «avancado», quando lhe perguntei o que faria do Rei se os seus ideais se implantassem, respondeu que S. M. representava o romantismo da Grã-Bretanha. «Mutatis-mutandis» eu, a quem meu pai, republicano rubro, mandou para a rua aos quatro anos de idade, berrar com a bandeira verde e vermelha (no Porto, é claro...) responderei que a República é o romantismo de Portugal. E assim o alferes ferido em Vendas Novas por um energúmeno sargento que queria «salvar a república» (diga-se de passagem, com uma promoção assegurada — ont dit) manteve-se fiel ao regime, apesar da indisciplina do tempo, explorada pelos monárquicos, e de ser bem visível que não é por haver rei ou presidente que o Povo passa melhor. E' ver o caso de uma Grã-Bretanha em que o símbolo «que reina mas não governa», no dizer de Thiers, é um rei ou rainha em vez de um plebeu-presidente, mas onde o partido socialista trouxe à grei extraordinários benefícios.

«Em política não se pensa, sente-se...». Quem sabe se este mesmo alferes ou general, nascido em Inglaterra (como aliás um Bevan, há pouco falecido, ex-mineiro e socialista) não era monárquico? Mas quer transplantar regimes «tal e qual» sem ter em conta o «clima», o mesmo é que plantar bananeiras no Minho. Morrem.

Eis onde as reminiscências de há 35 anos me levaram, em pleno exílio, sem sódo, sem segurança na velhice, sem o que, após 38 anos de carreira, parece que devia estar garantido em particular a um oficial que o Governo, a meses das eleições, louvou em altos termos pelos seus serviços como embaixador militar na NATO, e de quem o general Schow, chefe do Intelligence norte-americano, disse em entrevista dada em Washington; em setembro de 1957, quando eu estava em despedidas e portanto já a ninguém interessava lisonjear-me: «Achamos que Portugal não nos poderia ter enviado melhor embaixador das virtudes militares portuguesas. As suas qualidades de soldado reúne uma facilidade extraordinária em conquistar amizades. Creio mesmo que deve ter maior número de relações nos meios militares, tanto aqui como no Quartel General do SACLAN, em Norfolk, na Virgínia, do que qualquer outro militar da NATO». Depois disto bem pode dizer o senhor Salazar que me criou!!

Claro que nesta idade, depois de se chegar ao que se chegou, no bom e no mau, já se não transcrevem textos desta ordem, por inferioridade de psiquia. Não. E' ainda para salientar dois pontos. O primeiro, o de que se há favores entre mim e o senhor Salazar, é ele quem está em dívida, e de longe, já que, como no exemplo acima, certamente não era a miséria da contribuição militar de Portugal para a NATO, se a guerra viesse, que me dava prestígio... Ao contrário, sendo Portugal o país que menos efetivos fornece (não falemos de Luxemburgo, o Mónaco da NATO, pois que, inicialmente, até era representado pela Bélgica) claro que a posição do seu representante era materialmente obscura e exigia, para ser elevada, a utilização do factor pessoal. O segundo ponto, é o de que o contacto com as grandes democracias, em cargos militares já muito altos, a roçarem a política grande, o hábito de discussão à mesa redonda, foram benéficos ao país, já que resultaram na possibilidade de me habilitar a melhor julgar o crime de Salazar e portanto, mais violentamente me revoltar contra a ditadura. Mostrou-me melhor a traição aos objetivos do exército em 1926, por ele levada a efeito.

De qualquer forma, embora contrário à intromissão do Exército na política, como é bem sabido, reconheço que nunca aquele esteve tão metido nela como agora quando, a pretexto de apolítico, é a força que «in being», como a arma inglesa no tempo da Pax Britânica, mantém o fero ditador.

Mantem-no porque existe, quieto, «neutral» — ao lado dele. A cêbre, cômoda, «neutralidade beligerante». E' conhecida a habilidade.

(Conclusão da 1.ª página)

E porque em política se sente mais que se pensa, o general «militarão» revoltou-se, pondo-se ao lado do Povo, ao lado desse Povo que no Porto berrava, sintomaticamente: «Viva o general que é nosso!...» Querida éle dizer que este era republicano, no sentimento e na ação, pois para o português de rua república é o sinónimo de democracia.

Errado ou não, éle pensa, melhor, sente assim.

«UM TRATADO ODIOSO»

Subscrito pelo sr. Bernardo Silveira, do Rio de Janeiro, foi endereçado ao sr. Comandante Sarmiento Pimentel, o seguinte telegrama: «Peço prezado Amigo transmitir pessoal PORTUGAL DEMOCRATICO minha absoluta solidariedade de pleno endosso todos os termos palavra por palavra artigo UM TRATADO ODIOSO trazido edição setembro. Fraternais saudações.

Verdades Amargas

(concl. da pg. 3)

Ao autorizar a publicação da carta supra, Miss Howard acrescenta:

«Muitos daqueles com quem falei em Portugal manifestaram o seu grande apreço e esperança no General Delgado e no Capitão Henrique Galvão, a quem não conheci ainda. Desde então tenho recebido muitas cartas de Portugal informando-me que o «Saturday Evening Post» de 9 de Abril contendo o meu artigo fora confiscado pela censura por todo o País. Aditam que a Emissora Nacional relatou muitos protestos contra a «falsidade da minha reportagem», protestos supostamente recebidos pelo «Saturday Evening Post». No entanto, aqueles que me têm escrito, conseguiram, de alguma maneira, obter cópias da revista e ler o meu artigo. Do que se conclui que talvez a censura Salazarista não seja tão completamente poderosa e eficaz como se julgaria.

De V. etc.
a) Toni Howard».

Movimento

Pró-anistia

Para custear as despesas de deslocação do Delegado brasileiro à Europa, recebemos mais as seguintes importâncias:

Transporte do n. anterior	10.660,00
Democrata do Porto	1.690,50
Antonio Simões Júnior (100 pesos argentinos)	220,00
Total:	12.570,50

A Revolução

Aurea

(concl. da pg. 6)

factos estão justificados ou repellidos pela critica e a judicacão. Os homens da Revolução Aurea foram absolvidos de todas as culpas! Sintomas a caminhar, na sombra e no silêncio do seu mundo de mortos, para a integração num dos mitos da História portuguesa, o dos IDEALISTAS, e que essa pureza os salva, para a eternidade, da ganga perecível.

5

A minha homenagem para esta homenagem é pobre de forma e conteúdo e de certo modo forçada. Sou consciente de que não deponho um ramo de flores viçosas na celebração festiva. Se apareço entre aqueles que, por direito próprio, dizem «PRESENTE» neste dia que exalta um dia velho de meio século, é porque mo pediram com insistência e pertinácia.

«Perdoe, Senhor Presidente, mas havia a necessidade de nos desagrvarmos»

RIO, ("Estado") — Secreta, mas largamente difundida em Portugal, foi-nos remetida, com pedido de publicação, a seguinte carta aberta dos democratas portugueses ao presidente Kubitschek:

Senhor Presidente: Quando, logo que tivemos conhecimento da visita do Presidente da República do Brasil a Portugal, nos dirigimos a Vossa Excelência, em carta aberta divulgada no nosso país e no Brasil, longe estávamos de supor que, no decurso dessa visita, Vossa Excelência viesse a produzir afirmações que quase o identificam com os tiranos que oprimem há longas e duras décadas, o povo português.

Nessa carta o advertimos sinceramente contra as manobras do fascismo lusitano no sentido de especular politicamente todo o pretexto que as comemorações henriquinas ofereciam para fazer vir a Portugal figuras de alta projeção e respeito — entre as quais o Presidente da República do Brasil teria preeminência especial — e de lavar-se, assim, do descrédito em que caíra perante a opinião pública internacional, particularmente a brasileira.

Veio Vossa Excelência a Portugal e, em vez de ter sempre presente em sua consciência, pelo menos, o imperativo de uma completa neutralidade em assuntos de política interna, permitiu-se, irrefletidamente, produzir afirmações que magoaram e entristeceram milhões de portugueses, há tantos anos, como Vossa Excelência bem sabe, acorrentados às grilhetas salazaristas. Portugueses e brasileiros acreditaram que Vossa Excelência atravessaria o Oceano para trazer a Portugal nada mais — e era muito — do que o abraço fraterno de um povo que aqui é estremecidamente adorador, mas sucedeu o abraço transformar-se em punhaladas quando, por misteriosos interesses e razões, Vossa Excelência repetidas vezes se dirigiu a Américo Tomás como "homem extraordinário, de inestimáveis virtudes de cidadão e administrador", ele o "Presidente da República" que ocupa um lugar roubado, "o Triste", como lhe chama o povo, por sua cara de remorsos e comprometimento. De Salazar, cuja figura só tem paralelo nos perfis torvos dos mais empedernidos inquisidores. Vossa Excelência salientou "as virtudes e o sacrifício que esse homem extraordinário tem feito em benefício de Portugal", chegando ao cúmulo de dizer que, em duas horas de conversa, quando aqui esteve há cinco anos, "dele recebeu conselhos e conceitos que muito lhe valeram na administração do Brasil". Na afirmação de Vossa Excelência "o que deve Portugal ao presidente Salazar não pode ser esquecido" e "através da sua atuação conseguiu estabelecer para o Ocidente os conceitos que nós prezamos e pelos quais nos batemos" (sic).

Estas e outras bajulações de idêntico teor em nada podiam contribuir para acreditar o desacreditado fascismo salazarista. Mas Vossa Excelência, aliás perfeitamente informado da impopularidade do regime e dos crimes por ele cometidos teve ocultas razões para as dizer e disse-as, indiferente a que os excessos de suas palavras se traduziam em agravo e provocação a um povo que se mostrou animado para Vossa Excelência da melhor boa-fé e simpatia.

Não, Senhor Presidente, o povo português não estava convencido que Vossa Excelência aqui viesse acometer contra os seus opressores; bastar-lhe-ia que não tomasse partido por eles, como fez o Presidente Café Filho. O povo português queria, na voz fraterna do Presidente da grande democracia brasileira, sentir pulsar o coração do Brasil e o seu amor à liberdade e, por que o esperava, se preparou para o receber condignamente.

Mas o povo português foi completamente enganado!

Vossa Excelência hoje não teria nas ruas a recepção mais do que as entidades oficiais, as crianças das escolas os funcionários públicos intimados e umas poucas centenas de curiosos ou reacionários.

Pode suceder que o preço dos seus penegiricos à ditadura tenha sido determinado, simplesmente, tudes e ofensas ao povo de Portu-

gal. Elas não enfraquecerão em nada a nossa luta pela liberdade, nem aumentarão sequer um dia a vida precária do fascismo português, mas ficarão para sempre ligadas, como uma nódoa imperecível, ao nome de Vossa Excelência e como um espinho acervo na carne ulcerada da nossa Pátria. E' esta a mais sincera máguia dos DEMOCRATAS PORTUGUESES." (De "O Estado de São Paulo", de 24-9-60).

O que há de mais representativo na vida intelectual de nossos dias não está em Coimbra, Senhor Presidente, tem estado nas cadeias ou tornou-se vítima da liquidação civil e do silêncio forçado do sistema salazarista.

Quando o ajuste de contas historicamente fatal trouxe à supuração toda a hediondez e os crimes do salazarismo, quando suas mistificações e mentiras forem reveladas pela luz forte da verdade, Vossa Excelência, se lhe restam vestígios daquela dignidade que é apanágio de toda a pessoa humana, corará de vergonha pelas palavras aqui proferidas. Elas ficarão como um ferrete de ignomínia ou um ato de traição à Liberdade, a marcar indelevelmente, não o Brasil, em nome do qual só abusivamente podiam ser ditas, mas de quem as pronunciou.

Poderá o Presidente Kubitschek de Oliveira, no conceito errado de que um governo que se mantém no poder merece a amizade do Governo do Brasil, achar justificadas suas atitudes e despropósitos em Portugal, mas o povo português e o povo brasileiro, em sua seriedade crítica e senso moral, sabendo por que meios e vilanias o governo de Salazar consegue ser governo, não aprovam a monstruosidade de um tal conceito e permanecem mais uma vez, perplexos ante a versatilidade e o desaprumo que tantas vezes se verifica em políticos democráticos altamente responsáveis.

Para o futuro os portugueses estarão mais cautelosos com relação a esta espécie de chefes de Estado democráticos que aceitam visitar governos fascistas e aparecer de mãos dadas com os inimigos das liberdades.

O apóio escandaloso das democracias ocidentais às ditaduras, a absurda inclusão no mundo livre de governos que detêm o poder contra a vontade do povo, está sendo pago muito caro e cada vez mais o será. Todo o prestígio e a simpatia que, no final da guerra, as democracias conquistaram todas as esperanças que as promessas dos grandes líderes democráticos suscitaram nos povos oprimidos, estão a extinguir-se, deixando em seu lugar o desespero e a desolação, um estado de alma que em nada pode favorecer os objetivos do ideal político ocidental.

Vossa Excelência, Presidente de uma grande nação democrática, veio a Portugal para alguma coisa mais do que uma simples cerimônia protocolar. Veio exaltar e louvar os tiranos, os ladrões de eleições, os perseguidores da inteligência e dos sentimentos nacionais, e fez-lo depois de uma grande parte da imprensa brasileira ter combatido galhardamente sua viagem, e depois de insignes cidadãos, entre os quais o estimado embaixador Alvaro Lins, o terem sobreavisoado da inconspicua manobra que em Lisboa se preparava.

Fique sabendo, Senhor Presidente, que fez muito mal.

Se Vossa Excelência tivesse assistido à explosão de entusiasmo que percorreu o País quando da campanha eleitoral do general Humberto Delgado, se procurasse estar melhor informado acerca da formidável grandiosidade das manifestações populares, no Porto, em Lisboa em todas as cidades e vilas de Portugal, para o homenagear, Vossa Excelência compreenderia bem a razão por que o povo português, habitualmente tão expansivo em hospitalidade, ao ver a seu lado o "presidente" Tomás, se mostrou reservado e falto de espontaneidade.

Perdoe, Senhor Presidente, mas havia necessidade de nos desagrvarmos de suas inconsideradas atitudes e ofensas ao povo de Portu-

gal. Elas não enfraquecerão em nada a nossa luta pela liberdade, nem aumentarão sequer um dia a vida precária do fascismo português, mas ficarão para sempre ligadas, como uma nódoa imperecível, ao nome de Vossa Excelência e como um espinho acervo na carne ulcerada da nossa Pátria. E' esta a mais sincera máguia dos DEMOCRATAS PORTUGUESES." (De "O Estado de São Paulo", de 24-9-60).

EDUARDO DOS SANTOS SILVA

As fileiras da oposição ao salazarismo, ainda de luto pesado pela morte de Jaime Cortesão, acabam de perder outra das suas mais prestigiosas figuras. Republicano e democrata desde os seus verdes anos, o Dr. Santos Silva esteve presente em todos os momentos e em todos os lugares em que se lutou pela República e pelo prestígio de Portugal. Morre com 82 anos.

Médico e Professor, a sua mentalidade pairava demasiado alto para poder ser suportada pelos insignificantes acólitos dum insignificante tirano.

Como médico, acompanhou o Corpo Expedicionário Português a França onde se distinguiu de tal modo que de lá trouxe a Legião de Honra, a Ordem de Cristo, a Cruz de Guerra e a Coroa de Itália. Como médico, foi ultrajado pela ditadura que o demitiu do cargo de Director do Sanatório-Hospital Rodrigues Serpente, onde permanecera durante vinte anos.

Muito ficou devendo ao Dr. Santos Silva a Instrução Pública em Portugal. Presidente da Câmara Municipal do Porto e Vereador do Pelouro da Instrução durante os anos agitados da Primeira Guerra Mundial, Santos Silva criou o Conservatório Municipal de Música, as Escolas Infantís para crianças de 4 a 7 anos e as Secções femininas dos Liceus.

Como Professor, foi também ultrajado pela ditadura dos insignificantes que o demitiu do cargo de professor de Física do Liceu Alexandre Herculano.

Nenhum dos seus alunos poderá esquecer a clareza e o rigor científico que caracterizam as suas aulas. Os estudantes aprendiam física e aprendiam a raciocinar; poucos estudantes de cursos secundários terão ouvido dos seus professores uma insistente afirmação cheia de significado para a formação dum homem de ciência: «A única coisa que ficamos sabendo, directamente, da leitura dum termómetro, é a temperatura do termómetro».

Os alunos tinham quatorze anos, mas não mais o esqueceram.

Médico, professor, deputado e ministro nos anos da República, o Dr. Santos Silva foi duramente infeliz nos últimos anos da sua vida. A morte de uma filha que dele herdara um imenso coração cheio de bondade, e a morte dum filho, o Eng. Oswaldo Santos Silva, recém-formado, cujas qualidades intelectuais e morais eram penhor seguro de brilhante carreira, abalarão fisicamente e moralmente o arcaboço desse Homem Bom e Forte.

O Dr. Santos Silva conseguiu ainda reagir, e os três filhos que nesta hora o choram, o médico Eduardo Santos Silva, e os advogados Artur e Fernando Santos Silva, são três lutadores pela causa da liberdade de Portugal e detentores de precioso título de nobreza: muitos dias de cadeia. Com eles conta o País para a sua reconstrução.

A ilustre família do grande democrata e valoroso defensor da causa da República, Portugal Democrático apresenta sinceras condolências.

Façamos do 5 de Outubro uma jornada de unidade

M. NUNES

Comemoramos este ano o 50.º Aniversário dum a mais belas datas da nossa historia, a Implantação da República. A insurreição de 5 de Outubro de 1910, que derrubou um regime com raízes de 8 séculos, tornou-se possível, porque os diversos partidos, agrupamentos e personalidades políticas, da oposição, souberam pôr de parte tudo o que os separava ou que era susceptível de criar divergências entre eles, e formar uma solida e unida Frente Republicana, condição indispensável para o derrubamento dum monarquia que se tinha tornado tirânica.

A reacção, que sempre tem apresentado o 5 de Outubro como uma sargentada de traição, procura assim ocultar aos olhos do nosso Povo a caracteristica fundamental desta data culminante da nossa historia, a UNIDADE. Com ela, os dirigentes políticos de oposição puderam concretizar o desejo da grande maioria do nosso Povo, terminar dum a vez para sempre com a opressão monárquica.

Encontramo-nos hoje numa situação bastante semelhante à de 1910. A esmagadora maioria do nosso Povo tem mostrado dum a forma inequívoca a sua decisão de terminar com a tirania de Salazar e da sua camarilha. Isto é-nos mostrado pelas eleições presidenciais de 1958 e pelas jornadas de protesto nacional que se lhes seguiram, assim como pelas dezenas de acções dos trabalhadores portugueses, que bem mostram a sua disposição para a luta tais como a greve dos pescadores do norte do país, ou mais recentemente a greve dos mineiros de Aljustrel. Se tomarmos em conta o ultimo movimento militar gorado, de Março do ano passado, verificamos que as acções isoladas e unilaterais, já não poderão resolver o problema político português num sentido amplamente democrático. Todas estas acções nos mostram que sem uma Frente Democrático-Patriótica forte e unida, Salazar e a sua camarilha não abandonarão tão cedo o poder. A UNIDADE é hoje um imperativo historico que não pode ser ignorado por nenhum anti-salazarista honesto, sem risco de se tornar cúmplice da ditadura, aos olhos do nosso Povo.

A realidade mostra-nos, no entanto, que tal imperativo ainda não foi compreendido, ou é subestimado, por alguns sectores da Oposição. A um sentimento geral de que a UNIDADE é necessária e inadiável, há partidos, agrupamentos e individualidades anti-salazaristas, que não correspondem na prática a este anseio geral. Ora a grande experiencia historica de 1910, mostra-nos que se não soubermos pôr de lado as nossas divergências, e valorizar somente as razões de aproximação, nos tornamos responsáveis pela continuação dum regime que há já 34 anos, oprime o nosso Povo.

O Povo Português prepara-se para comemorar mais este 5 de Outubro, como uma jornada de luta anti-salazarista, pela Liberdade, pela Democracia, e pela UNIDADE. Sejamos todos dignos dos revolucionários de 1910, façamos do 50.º Aniversário da Implantação da República uma JORNADA DE UNIDADE, lançando as bases dum a ampla FRENTE ANTI-SALAZARISTA, forte, unida e activa, condição indispensável para em breve conquistarmos a Liberdade e a Democracia.

LEIA

"OFÍCIO DE TREVAS"

poemas

de Carlos Maria de Araujo

pedidos a esta Redacção

Este jornal não dispõe qualquer subsídio: sua vida depende de todos os portugueses que desejam vigore em nosso país um regime à altura das suas tradições democráticas. A forma mais imediata de o ajudar consiste em subscrever uma contribuição mensal, além dum a assinatura anual.

Assinatura anual Cr\$ 200,00
Assinatura especial .. Cr\$ 500,00
Número avulso Cr\$ 5,00

PORTUGAL DEMOCRATICO

Director-Responsável
Otávio Martins de Moura

REDAÇÃO

Presidente de Honra
João Sarmiento Pimentel

Conselho

Adolfo Casais Monteiro, Carlos Maria de Araújo, Fernando Correia da Silva, Fernando Lemos, Henrique Pereira Santo, Jorge de Sena, Paulo de Castro, Vítor Ramos.

Conselho de Administração

Antonio Bidarra Fonseca, Carlos Cruz, Carlos Neves, Francisco Lopes, Manuel Ferreira Moura, Silvério da Costa Letra.

REPRESENTANTES

RIO DE JANEIRO

SUCURSAL:

Av. Rio Branco, 185 — Gr. 509
Edif. Marquês de Herval
Telefone: 22-9224

ROMAX IMP. EXP. LTDA.

FORTALEZA: Dr. Carlos d'Alge — Rua Senador Pompeu 832 — Fortaleza — Ceará

JUIZ DE FORA: Manuel Augusto Soares d'Oliveira — Rua Marechal Deodoro 334 - Juiz de Fora (M.G.)

BELO HORIZONTE: Virgílio Pereira Vilhena — Rua Rio de Janeiro, 300 — sala 304 — Caixa Postal 24 — Belo Horizonte (M.G.)

PORTO ALEGRE: Fernando Temudo de Almeida Soares — Edif. Chaves, 12.º s/ 1201 — Caixa Postal 2.599 — Porto Alegre — Rio Grande do Sul

INGLATERRA: M. Queiroz — 34, Beche Road — Cambridge — England

CANADÁ: Comitê dos Portugueses Democratas do Canadá — 47 Barrymore Road — Scarborough — Ontario — Canadá

FRANÇA: Comitê para a Defesa das Liberdades em Portugal, 29 Rue St. André des Arts — Paris, 6.ºm.

VENEZUELA: Junta Patriótica Portuguesa — Apartado 8287 — Caracas.

ARGENTINA — Joaquim dos Santos — Calle de Los Llanos, 1790 — DOCK SUR — Avellaneda — Buenos Aires

URUGUAI — "Agrupação de Portugueses Democratas" — Colônia 1.013 - P. 7 — Montevideo

CHECOSLOVAQUIA: Manuel Nunes — Hotel "Internacional" — Praha 6 — Dejvice.

REDAÇÃO

Rua Conselheiro Furtado, 191 — Sala 2 — Caixa Postal 4.469 — Tel.: 37.0933 — São Paulo

EXPEDIENTE

Dias úteis: das 19 às 22 horas.
Sábados: das 15 às 18 horas.

Número avulso Cr\$ 5,00
Assinatura especial: Cr\$ 500,00
Ass. p/ o Exterior: \$3,00 U.S.

Ano IV - N.º 41 - Out. de 1960

Os artigos assinados traduzem apenas a opinião de seus autores, sendo por conseguinte de sua exclusiva responsabilidade.